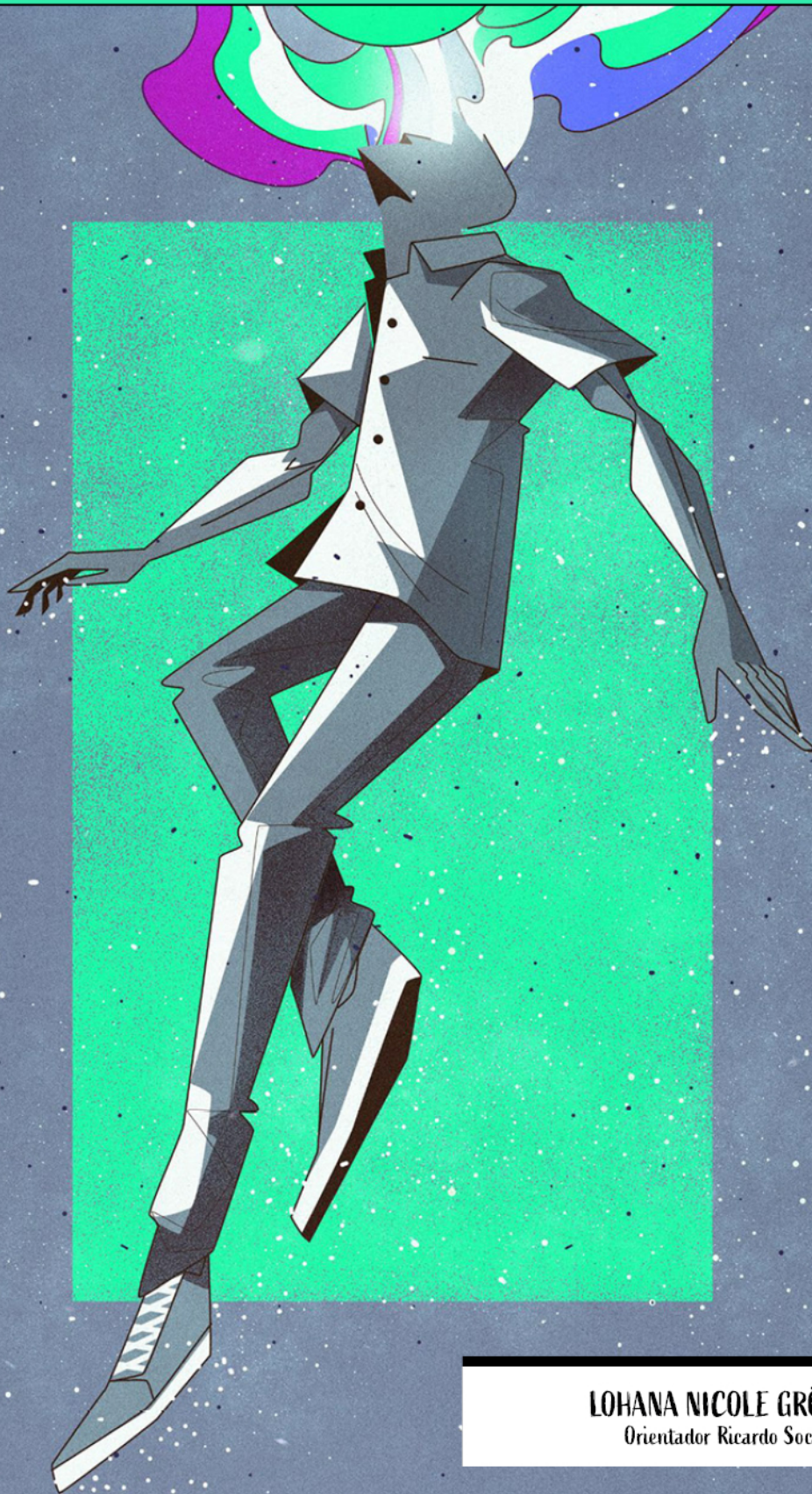


ARQ  
URB&

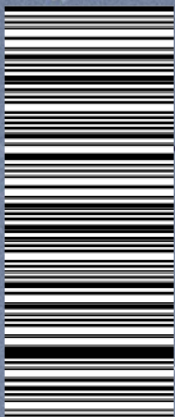
# REPÚBLICA DA JUVENTUDE:

REDE DE APOIO A REINSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS ADULTOS EGRESSOS DO  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Bacharelado em arquitetura e urbanismo



**LOHANA NICOLE GRÖLOF**  
Orientador Ricardo Socas



**REPÚBLICA DA JUVENTUDE:**

*Rede de apoio reinserção social de jovens adultos egressos do acolhimento institucional*

**Discente:**

*Lohana Nicole Grölof*

**Orientador**

*Prof. Dr. Ricardo Socas Wiese*

*Florianópolis, agosto 2024*

**Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC**

*Centro Tecnológico | Departamento de Arquitetura e Urbanismo*





## 01. Sobre a temática

Percorso histórico sobre o acolhimento no Brasil

Conceito e modalidades do acolhimento

As demandas e problemáticas atuais

Objetivo da proposta

Relação entre tema e área selecionada

## 02. Sobre o programa

Atividades envolvidas

Organograma

## 03. Definições gerais

Agentes de intervenção

Caracterização do Público-Alvo

## 04. Área de intervenção

Sobre o bairro

Análise do tecido urbano

Problemáticas encontradas

## 05. O projeto

# índice



# Introdução

O presente trabalho aborda um tema de grande relevância e sensibilidade no contexto social e arquitetônico: o acolhimento e a reintegração de jovens egressos do sistema de acolhimento institucional. No Brasil, a idade das crianças e adolescentes dentro do sistema de adoção é um fator determinante para sua permanência nas instituições de acolhimento. Crianças mais velhas e adolescentes enfrentam maiores dificuldades para serem adotados, o que frequentemente resulta em uma permanência prolongada nas instituições, muitas vezes até completarem 18 anos, momento em que são desligados do programa.

Esse cenário evidencia a necessidade urgente de oferecer a esses jovens uma estrutura e um acompanhamento que facilitem sua reinserção na sociedade, fortalecendo laços e criando vínculos essenciais para seu desenvolvimento e autonomia. É nesse contexto que surge o projeto social “República da Juventude”, concebido como uma resposta arquitetônica e social às demandas específicas dessa população vulnerável.

A “República da Juventude” se divide em dois subprogramas interconectados: o “Centro da Juventude” e a “República”. O “Centro da Juventude” é projetado para atender tanto os jovens egressos quanto a população em geral, oferecendo espaços destinados ao ensino profissionalizante, refeições sociais e atividades de lazer. Já o núcleo da “República” é um programa exclusivo para jovens egressos, com o intuito de proporcionar moradias fixas, planejadas para oferecer estabilidade e segurança, essenciais para a transição desses indivíduos para a vida adulta.

Considerando o caráter social do programa, as conexões e a infraestrutura presentes nos arredores da “República da Juventude” são essenciais para fomentar uma rede de apoio entre instituições de ensino e diversos programas sociais, criando um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos jovens. Este trabalho propõe-se, portanto, a explorar as dimensões arquitetônicas e sociais necessárias para a implementação eficaz desse projeto, contribuindo para uma abordagem mais humanizada e inclusiva na arquitetura.



# 1. PERCURSO HISTÓRICO SOBRE O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

As instituições de amparo a crianças e adolescentes sofreram variações ao longo dos anos, com cada período adotando uma perspectiva diferente em relação a esses indivíduos. Ao longo dos séculos, sempre houve crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e a discussão sobre quem é responsável por prestar-lhes amparo permeia nossa sociedade. O Brasil apresenta uma longa tradição de institucionalizar crianças e adolescentes em instituições com características asilares (Rizzini; Rizzini, 2004),

passando por uma perspectiva correcional e repreensiva, que visava proteger a sociedade das crianças e adolescentes em situação irregular (Dias; Silva, 2012), até chegar à visão dos dias atuais, que coloca esses indivíduos em foco, buscando garantir seus direitos e fornecer proteção integral.

Dessa forma, é importante destacar as formas de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que contou com o suporte de diversos agentes. Esse atendimento pode ser dividido em três grandes fases. A primeira foi prestada pela Igreja Católica, com um caráter assistencialista e caritativo; a segunda, por entidades filantrópicas e higienistas; e a terceira ficou sob a responsabilidade do Estado.

## COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

## BRASIL COLÔNIA / RODA DOS EXPOSTOS

## SÉCULO XVIII À IGREJA

Os primeiros acolhimentos datam da colonização portuguesa, com os jesuítas desempenhando um papel primordial. A catequização tinha como foco as crianças indígenas, por serem consideradas mais suscetíveis a aprender o evangelho e na expectativa de que os valores aprendidos seriam repassados aos mais velhos. O ensino visava ao controle e à docilização dessas crianças, e, caso apresentassem problemas, eram duramente punidas, sendo essa tarefa terceirizada aos colonos. Os abrigos de acolhimento eram denominados Casa dos Muchachos.

O amparo era designado pela Irmandade da Misericórdia, e o suporte tinha caráter caritativo, com a compaixão pelo próximo sendo uma condição primordial para a salvação da alma. Desse período data a criação da "Roda dos Expostos", um cilindro instalado em uma parede da Santa Casa da Misericórdia. O artefato, ao ser girado, conduzia a criança para dentro das instalações, preservando a identidade do expositor. A criação da Roda dos Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e auxiliou na redução do infanticídio e dos abortos.

O sistema gerido pela Santa Casa da Misericórdia sofreu inúmeras críticas, especialmente em relação às novas perspectivas sociais e científicas que se consolidavam na época. Acusações de maus-tratos por parte das amas-de-leite aos expostos eram frequentes, assim como a comercialização e escravidão de crianças pardas e negras. As instituições voltadas para a educação de órfãos e órfãs eram criadas e administradas por irmandades religiosas e funcionavam sob um regime de clausura, voltado para a vida religiosa. O isolamento do mundo exterior era uma característica fundamental desses colégios, tanto para os meninos quanto para as meninas.

## PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

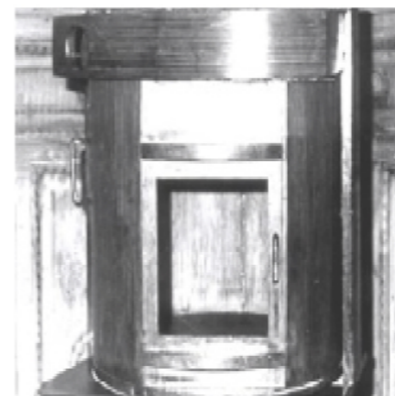
## SÉCULO XX - JUSTIÇA E ASSISTÊNCIA A INFÂNCIA

Até então, desde a época colonial até meados do século XIX, não existiam programas estruturados de educação e profissionalização para crianças e adolescentes desamparados em instituições. Com a proclamação da República e o fim da escravidão, começaram a surgir os primeiros orfanatos brasileiros, voltados para o cuidado das crianças e visando promover mudanças sociais.

Com o Regime Militar, o "menor" passou a ser visto e tratado como um problema de segurança nacional. Nesse período, foram criadas instituições para amparar os "menores irregulares," como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM).

O medo predominante e o objetivo dessas instituições eram evitar que "a massa crescente de menores abandonados se transformasse em presa fácil do comunismo e das drogas" (Rizzini, 2017). Com um discurso de prevenção e reintegração social, a FUNABEM e a PNBEM favoreceram, através das FEBEMs e outras entidades privadas, a internação em larga escala de "menores irregulares" em todo o país.

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988, Art. 227º)



FONTE: Roda dos Expostos - Acervo MIS



FONTE: Berçário da Casa dos expostos. Acervo MIS. FONTE: SAM, dormitório Pavilhão Anchieta, 1964.



1924

Documento de grande relevância social e política, segundo alguns autores, foi o primeiro documento internacional a reconhecer os direitos das crianças. A Declaração estabelece que é dever de todos proporcionar às crianças: recursos para o seu desenvolvimento, apoio especial em situações de carência, e atendimento prioritário em situações de socorro e assistência.

Declaração de Genebra

1927

É a primeira tentativa de tratar de forma específica os direitos e o cuidado das crianças no Brasil, definindo a maioria penal para 18 anos. Enfrentou críticas quanto à falta de foco nos direitos propriamente ditos e à abordagem punitiva em relação aos menores em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes tratando-os como criminosos em vez de vítimas.

Código Mello de Matos / Código de Menores

1948

Esse documento estabelece os direitos e liberdades fundamentais de todos os seres humanos, independentemente de raça, gênero, religião, nacionalidade ou origem social. Reconhece que as crianças têm direitos especiais por estarem em fase de desenvolvimento e necessitam de proteção adicional. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é fundamental para o avanço dos direitos das crianças no mundo.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

1959

Amplia a concepção de direitos das crianças e marca a mudança no discurso de cuidado para proteção. A criança deixa de ser apenas objeto de cuidado e passa a ter direitos próprios. A Declaração inicia um conjunto de direitos fundamentais exclusivamente voltados para crianças e adolescentes, estabelecendo as bases para futuros tratados e instrumentos legais dedicados a esse grupo.

Declaração Universal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

É evidente que o desenvolvimento do processo de proteção dos direitos da criança e do adolescente ocorreu de forma progressiva. À medida que a sociedade revisou e repensou questões relacionadas à violência, uma nova percepção sobre a infância e a juventude foi se formando, e a presença das crianças e dos adolescentes passou a ser mais enfaticamente considerada nas discussões judiciais. Para uma compreensão mais aprofundada do processo de construção das concepções sobre a criança e o adolescente, bem como da defesa de seus direitos no contexto inter-

nacional e nacional, é imprescindível analisar as representações presentes nos principais atos normativos do país, que, ao longo do tempo, consolidaram as leis relacionadas à assistência e à proteção desses segmentos da população. Essa análise revela a complexidade da evolução dessas questões ao longo da história brasileira, ressaltando a importância de uma abordagem mais aprofundada e reflexiva sobre o tema.



1979

O novo Código de Menores consolida a concepção de condição irregular da criança e do adolescente, além de trazer soluções alternativas para questões sociais relacionadas à segregação e internação de crianças carentes e delinquentes. Apresenta a doutrina de proteção integral, que estará presente nas próximas legislações relacionadas à criança e ao adolescente.

**Código de Menores  
Ano internacional da  
Criança  
(Indicado pela ONU)**

1989

Reforça e contextualiza a importância da proteção das crianças e jovens. Este documento reconhece as circunstâncias especiais necessárias para o desenvolvimento do indivíduo e garante o direito à vida familiar.

**Convenção sobre os direitos da crianças**

1990

No dia 13 de julho de 1990, o Brasil aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entrou em vigor em 12 de outubro. Um marco na política brasileira de proteção à criança foi a reorientação da política por meio da adoção da doutrina de proteção integral, um novo paradigma para os direitos da criança, rompendo com a antiga "doutrina de situação irregular".

**Estatuto da Criança e do Adolescente**

# 1. CONCEITO E MODALIDADES DE ACOLHIMENTOS NO BRASIL

Tanto o ECA quanto a Constituição Federal definem que crianças e adolescentes possuem o direito fundamental à convivência familiar e comunitária (art. 227 da CF e 19 do ECA). Caso a criança ou o adolescente tenha seus direitos infringidos ou haja impossibilidade de cuidado por parte da família, as medidas protetivas previstas no ECA entram em funcionamento por determinação judicial. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), foi necessário prever e criar serviços de acolhimento destinados a esse público. Considerando que o afastamento familiar é previsto por lei, assim como a excepcionalidade dessa condição, o objetivo primário desses serviços é a reintegração familiar. Caso não seja possível reintegrar na família de origem ou em família adjacente, a próxima alternativa é integrar a criança em uma família substituta (guarda, tutela ou adoção), buscando que esse processo aconteça no menor tempo possível, caracterizando, assim, como uma medida temporária.

Os tipos de acolhimento previstos no ECA se desdobram em duas modalidades: acolhimento familiar e acolhimento institucional (art. 101, incisos VII e VIII). O acolhimento familiar envolve a colocação da criança ou do adolescente em uma família substituta. Essa medida visa proporcionar um ambiente mais próximo do convívio familiar, onde a criança ou o adolescente possa receber cuidado, afeto, atenção e apoio adequados para seu desenvolvimento e bem-estar.

O acolhimento familiar é uma alternativa ao acolhimento institucional, e o ECA enfatiza que deve ser privilegiado sempre que possível, por oferecer um ambiente mais próximo ao ambiente familiar tradicional, contribuindo para o desenvolvimento saudável da criança ou do adolescente. Caso essa alternativa não seja viável, a criança ou o adolescente será direcionado à segunda modalidade de proteção, o acolhimento institucional. Este modelo apresenta três outras formas de acolhimento: abrigo, casa lar e repúblicas.

O serviço de acolhimento deve ter como objetivo principal preservar e fortalecer as relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes. Para isso, os atendimentos devem ser prestados a pequenos grupos, proporcionando espaços privados semelhantes à estrutura e divisões de uma casa. Isso permite que cada criança e adolescente tenha um local para guardar objetos pessoais relacionados à sua história de vida e desenvolvimento. Além disso, é importante ressaltar que, caso as famílias com irmãos estejam em situação de acolhimento, é recomendado que permaneçam juntas, independentemente de estarem em processo de adoção. Dessa forma, os serviços de acolhimento podem ajudar a manter as ligações familiares e comunitárias desses jovens.

O sistema de acolhimento, estabelecido no Brasil e em diversas nações, representa uma medida excepcional voltada para crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, cujas famílias não conseguem prover os cuidados necessários para seu desenvolvimento. Embora tenha sido concebido como uma alternativa temporária para garantir o bem-estar desses indivíduos, o acolhimento institucional frequentemente enfrenta críticas quanto à sua eficácia e ao respeito às diretrizes estabelecidas no ECA.

O acolhimento institucional deve ser utilizado apenas quando outras alternativas de proteção à criança ou ao adolescente se mostrarem insuficientes ou inadequadas. No entanto, a realidade do sistema de acolhimento muitas vezes contrasta com essa visão de excepcionalidade devido à duração prolongada do acolhimento, o que contraria a natureza temporária preconizada pelo ECA. Isso pode levar à institucionalização prolongada, prejudicando o desenvolvimento infantil e o bem-estar emocional e psicológico desses indivíduos. Além disso, a falta de políticas eficazes de reintegração familiar é uma questão crítica.

O ECA preconiza a reintegração familiar como prioridade, mas a ausência de políticas que efetivamente apoiem as famílias em situação de vulnerabilidade dificulta essa reintegração e perpetua o ciclo de

acolhimento, muitas vezes sem perspectivas claras de resolução.

Por muitos anos, os acolhimentos foram caracterizados por cuidados desumanos, inflexíveis e baseados em práticas que ignoravam a bagagem psicológica e a singularidade de cada indivíduo. Apesar dos avanços nas normas e legislações voltadas para a convivência familiar, a inclusão social e o respeito aos direitos desse grupo de pessoas, a aplicação da teoria na prática não é um processo linear.

“Nossas crianças não vivem horrores das guerras, não vêem casas destruídas nem corpos mutilados, mas têm sua ingenuidade esfacelada, sua capacidade de brincar ferida, sua imaginação sequestrada pela ansiedade por necessidades. Não é isso uma forma de horror?”

Augusto Cury

## Cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

	Abrijo Intitucional	Casa Lar	República	Família Acolhedora
Número de usuários	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos.	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos.	Jovens de 18 a 21 anos	Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos.
Público alvo	(20) usuários crianças e ou adolescentes	(10) usuários crianças e ou adolescentes	(06) Jovens	(01) criança e ou adolescente; ou (01) grupo de irmãos.
Definição	Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar devido à medida protetiva de abrigos.	Serviço de Acolhimento oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente.	Serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a jovens em situação de vulnerabilidade e em processo de desligamento de instituições.	Serviço que organiza o acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Proporciona o atendimento individualizado.
Especificidades	Especificidades Devem ser evitadas especializações tais como adotarfaixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não crianças e adolescentes com deficiência ou portadoras de HIV.	Devem ser evitadas especializações tais como adotarfaixas etárias muito estreitas, direcionar o atendimento apenas a determinado sexo, atender exclusivamente ou não crianças e adolescentes com deficiência ou portadoras de HIV.	As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local.	Este serviço de acolhimento é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do programa e dos serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa.

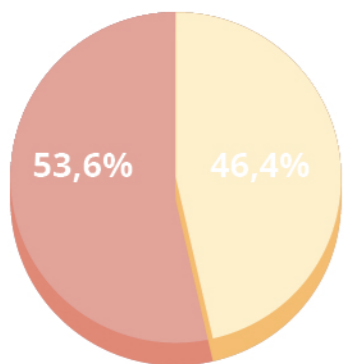
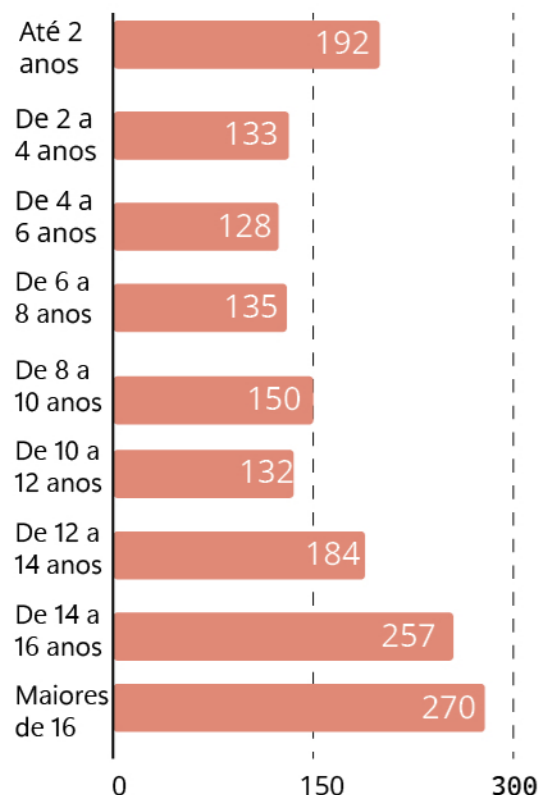
FONTE: Elaborado por Borges.



# 1. AS DEMANDAS E PROBLEMÁTICAS ATUAIS

32.625

Crianças e adolescentes acolhido



Feminino Masculino

Numero de acolhidos no Estado

No Brasil, atualmente existem muitas crianças e adolescentes em situação de acolhimento. O Conselho Nacional de Justiça disponibiliza informações através do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, indicando que 32.625 crianças e adolescentes vivem em 6.354 instituições de acolhimento, localizadas principalmente no Sul (35%) dessas instituições. Santa Catarina possui aproximadamente 580 instituições voltadas para o acolhimento, sendo a modalidade de acolhimento familiar (70,52%) a principal forma de acolher, seguida pelo acolhimento institucional (24,31%). Segundo a pesquisa mais recente sobre acolhimento no Brasil realizada pelo CNMP, as principais razões para o acolhimento são negligência (80%), violência física e psicológica (60%), abandono (80%), dependência química e/ou alcoolismo por pais ou responsáveis (77%) e abuso sexual (45%). Segundo o ECA, a pobreza, carência e/ou falta de recursos materiais não configuram motivos para a perda do poder pátrio ou a necessidade de acolhimento da criança ou adolescente.

*Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.*

No entanto, o discurso em relação à pobreza ganhou uma nova forma de apresentação, a “desestruturação”, onde a família pobre adquire a nova posição de “família negligente”. O tema negligência é abrangente e pode conter contradições nessa classificação, fazendo com que muitas famílias sejam erroneamente designadas como famílias desestruturadas por serem pobres (Silva, 2012; Cunha, Nascimento, Vicente, 2007). Tal contradição entra em conflito com o que é preconizado pelo ECA e o que ocorre na prática, resultando no encaminhamento de muitas crianças e adolescentes para os serviços de acolhimento.

A experiência do acolhimento é vista como paradoxal para os jovens acolhidos. Ao mesmo tempo em que esse ambiente permite conhecer novas pessoas e estabelecer novos vínculos, também é percebido como um momento violento, pois a criança e o adolescente rompem com tudo o que era conhecido e considerado familiar, como casa, amigos e a vida fora do acolhimento (Azôr, Vectore, 2008).

No que se refere ao suporte afetivo e emocional desses jovens, as relações e conexões que eles criam com professores e educadores do abrigo são de suma importância, pois estes se tornam os referenciais de suporte social e emocional desses jovens. Boing e Crepaldi (2004) destacam que o rompimento da relação entre cuidadores e acolhidos pode afetar o desenvolvimento emocional desses indivíduos, gerando dificuldade de adaptação e causando sofrimento. Como muitos acolhidos já passaram por várias instituições ou tiveram adoções frustradas, é crucial manter e cuidar dos vínculos existentes para promover um desenvolvimento saudável e fortalecer a resiliência necessária para enfrentar as dificuldades da vida.

Alguns autores refletem sobre o acolhimento e explicam que o enfraquecimento e a quebra de vínculos afetivos afetam o sentimento de pertencimento, segurança e capacidade de empatia desses jovens. Estudos demonstram que crianças e adolescentes em acolhimento apresentam dificuldades em estabelecer conexões significativas com os outros e atraso no reconhecimento de pessoas conhecidas (Barros, Fiamenghi Jr, 2007; Alexandre, Vieira, 2004). A experiência de vida no acolhimento institucional pode impactar negativamente as habilidades sociais, afetivas, cognitivas e psicológicas dos acolhidos, sendo constatado que esses jovens também apresentam um desempenho inferior na escola (Dell’Aglío, Hutz, 2004; Siqueira, Dell’Aglío, 2010).

O acolhimento deveria ser excepcional e durar no máximo 18 meses (ECA, Art. 19, § 2), mas muitos casos se prolongam por anos, fazendo

com que crianças e adolescentes passem toda a infância e juventude em instituições de acolhimento. Ao atingirem a maioridade, um marco na vida de qualquer pessoa, que espera com ansiedade por esse momento, com celebração e festa, que simboliza um rito de passagem para a vida adulta, não condiz com os sentimentos experienciados por esses jovens. O medo e a angústia de não saber o que irá acontecer e a falta de perspectivas para o futuro impedem que esses jovens celebrem, já que agora deixam de ser assegurados pelo ECA e são obrigados a deixar a instituição de acolhimento que, por muitos anos, foi todo o seu núcleo familiar.

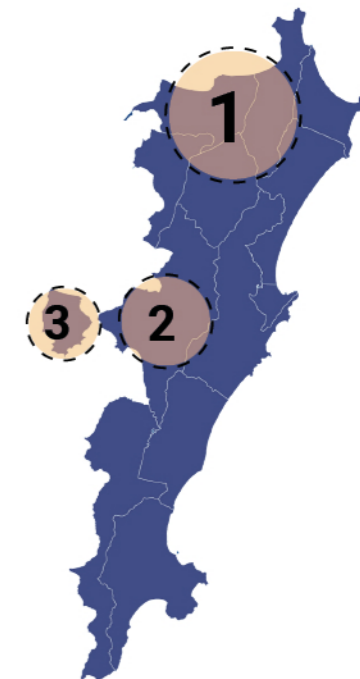
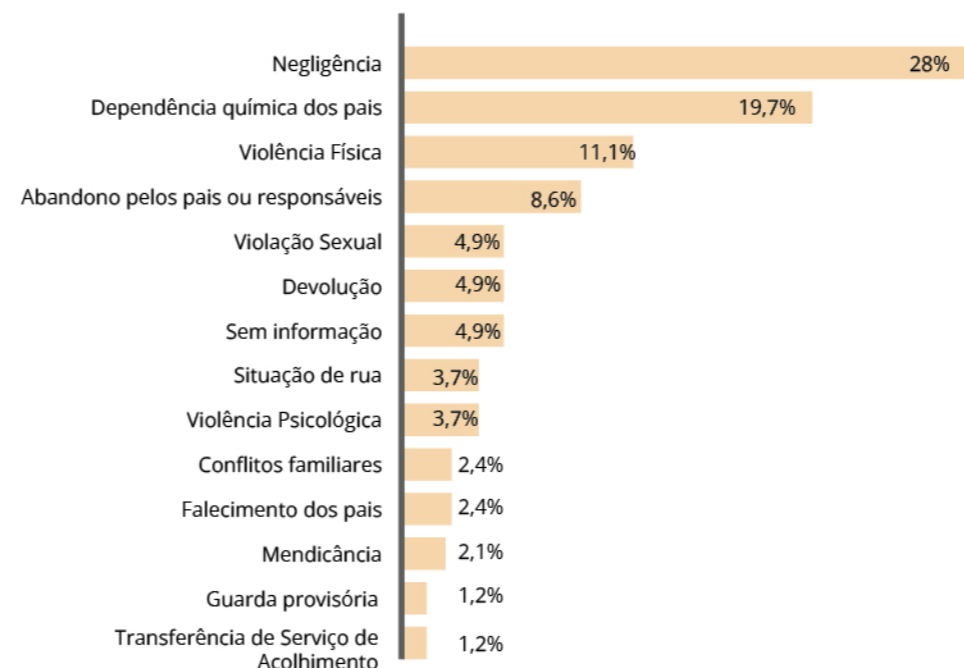
Caso esses jovens não consigam restabelecer contato com sua família de origem e considerando a deficiência de políticas públicas para esse grupo, antigos traumas retornam, o abandono, a insegurança e a desconfiança. Agora, esses jovens se encontram desamparados econômica, social, afetiva e legalmente. Apesar dos avanços nos direitos dos jovens com a lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, este não abrange todos os jovens. O documento não menciona ou traz informações sobre os jovens que deixam as unidades de acolhimento institucional. O jovem egresso precisa ser visto e lembrado ao se discutir políticas públicas que abordem suas necessidades.

As repúblicas estão previstas no campo legal e são exclusivamente dedicadas a esse grupo de jovens. Entretanto, a maioria das cidades do Brasil não apresenta essas instituições, tornando necessário compreender quais são as possibilidades exatas oferecidas a esses jovens ao saírem das instituições de acolhimento. Essa situação pode ser considerada um abandono desses jovens por parte do Estado, visto que muitos têm anos de permanência e frequentemente um histórico de adoções mal-sucedidas, carregando experiências negativas, maus-tratos, abandono, conflitos internos, problemas de socialização e defasagem escolar, como já observado.

Diante desse quadro, é quase impossível que esses jovens, ao saírem do acolhimento, estejam com o ensino médio completo, dificultando sua entrada no mercado de trabalho e reduzindo ainda mais a chance de serem incluídos ativamente na sociedade, restando muitas vezes poucos caminhos para esses jovens após o acolhimento.

A melhor forma de garantir que o jovem egresso esteja reinserido na sociedade e tenha uma vida de “sucesso” é criar políticas públicas que assegurem condições para a profissionalização e inserção desses jovens no mercado de trabalho.

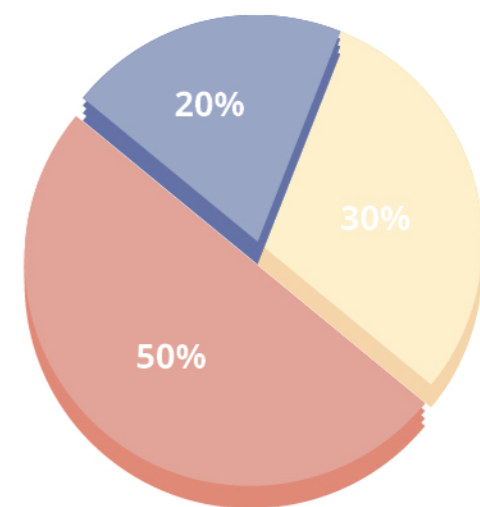
## Motivos para o acolhimento em Florianópolis



**1 NORTE**  
Unidade de acolhimento ACAJE;  
Unidade de acolhimento SERTE;  
Casa lar luz do Caminho.

**2 CENTRO**  
Casa lar Emaús;  
Lar Recanto do Carinho;  
Lar São Vicente de Paulo;  
Casa de acolhimento Darcy Brito.

**3 CONTINENTE**  
Lar Nossa Senhora do Carmo;  
Unidade de acolhimento Meninos;  
Unidade de acolhimento para crianças e adolescentes;



ONG'S sem fins lucrativos  
ONG'S sem fins lucrativos ligado a instituições religiosas  
Instituição mantidas pelo Município

FONTE: Elaboração própria.

FONTE: Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, CNJ, 2023). Elaboração Própria.



# 1. OBJETIVO DA PROPOSTA

Partindo da premissa de que a cidade de Florianópolis não possui instituições de acolhimento destinadas aos jovens adultos oriundos de acolhimento institucional (ICOM, 2016), o projeto se propõe a idealizar formas de auxiliar o jovem egresso nesta nova etapa da vida. Por meio de quatro pautas, desdobra-se a criação do que chamo de República da Juventude.

## República:

Busca-se criar um espaço provisório que forneça moradia subsidiada e espaço para que os acolhidos consigam se estruturar, receber apoio e orientações para desenvolverem as habilidades e competências necessárias para a vida adulta, buscando construir um novo futuro e torná-los protagonistas de sua própria história.

## Educação:

Para os egressos poderem se estabilizar e ter novas opções de trabalho é importante que a educação desses jovens seja valorizada. Tendo em vista que a taxa de escolaridade dos jovens egressos está abaixo das dos jovens em geral, para os mesmos conseguirem se estruturar após o acolhimento é de suma importância que a educação seja nivelada.

## A profissionalização:

A fim de que esses jovens encontrem sua independência, é inevitável não pensar em formas de apoiar a entrada do jovem egresso no mercado de trabalho. O programa estrutura-se de várias formas para fornecer conexões entre

esses indivíduos e instituições que possam fornecer apoio e suporte, visando não depender exclusivamente de parceiros, é idealizado o Centro da Juventude. O programa propõe a criação de cursos fixos e cursos sazonais.

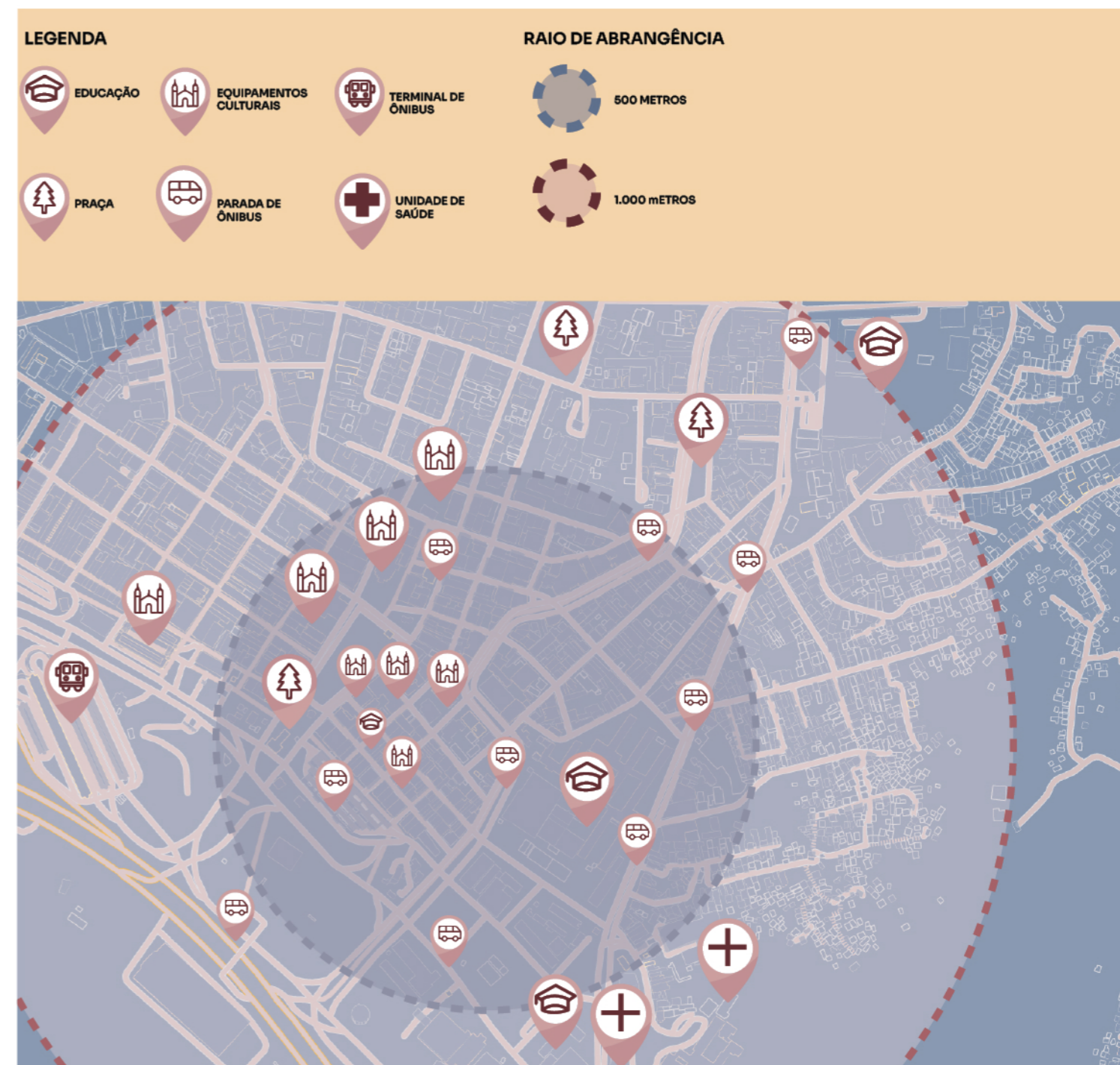
## Apoio Psicossocial:

O último ponto foca no apoio psicossocial, como já vimos o acolhimento afeta o desenvolvimento e as relações sócias, então é de suma importância promover a construção de autoestima, da confiança e resiliência para esses jovens. Prepará-los para uma transição bem-sucedida para a vida adulta é um dos pontos principais na república. Nesse contexto, a elaboração de um plano de vida e de trabalho personalizado é crucial, considerando os interesses e habilidades de cada jovem, fortalecendo seu senso de agência e responsabilidade sobre o próprio futuro.

O projeto compreende a sua responsabilidade social e, por isso, além de atender os jovens egressos, tem em vista estender as atividades desenvolvida no Centro da Juventude a comunidade local. Através da abertura dos cursos fixos e sazonais para o público do bairro, pretende não apenas fortalecer os laços comunitários, mas também contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Essa iniciativa visa capacitar ainda mais pessoas, oferecendo oportunidades de aprendizado e crescimento profissional, buscando criar um impacto positivo para o bairro.

## RELAÇÃO ENTRE TEMA E ÁREA SELECIONADA

O Terreno escolhido se situa em Florianópolis, mais especificamente no bairro Pedreira, localizado no centro histórico da cidade. Atualmente ocupado por um estacionamento e tendo em seu entorno direto edificações comerciais de pequeno porte. O lote apresenta conexões com duas vias, Av. Hercílio Luz e Rua General Bittencourt, ambas apresentam características completamente diferentes. A escolha do terreno para abrigar o projeto foi baseada em critérios estratégicos. A localização oferece infraestrutura de apoio adequada, facilitando a vinculação com outras instituições que possam colaborar com o projeto. Além disso, a área escolhida apresenta poucas moradias e projetos de caráter social, o que garante que o República da Juventude possa preencher uma lacuna importante na região.



FONTE: Elaboração própria.

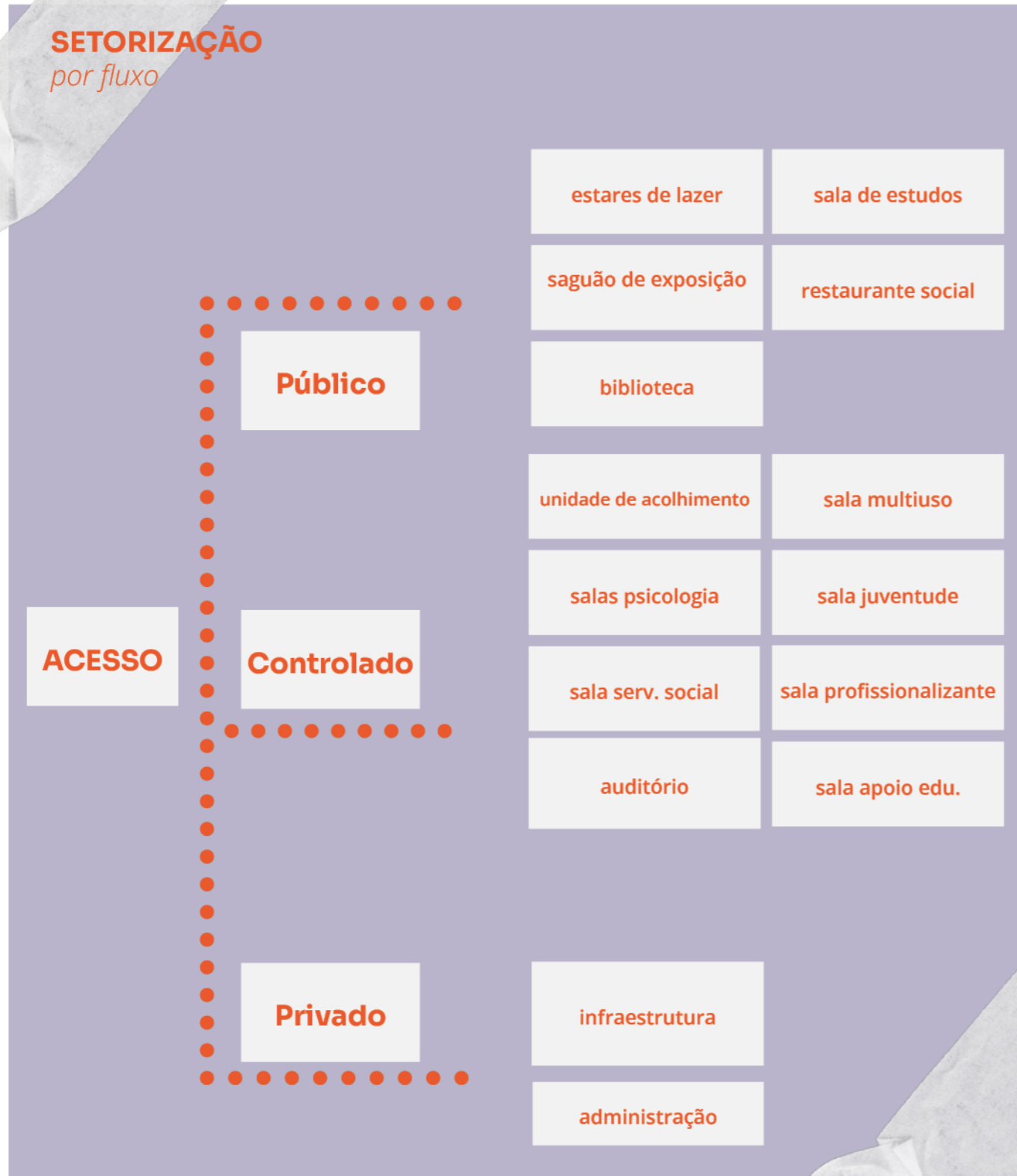




## 2. SOBRE O PROGRAMA

REPÚBLICA DA JUVENTUDE

### SETORIZAÇÃO por fluxo



unidade de acolhimento	sala de estudos	Biblioteca
salas psicologia	sala multiuso	sala de nivelção
sala serv. social	Sala juventude	auditório
administração	sala profissionalizante	restaurante social
estares de lazer	saguão de exposição	infraestrutura

### Principais atividades propostas em proporção dimensional

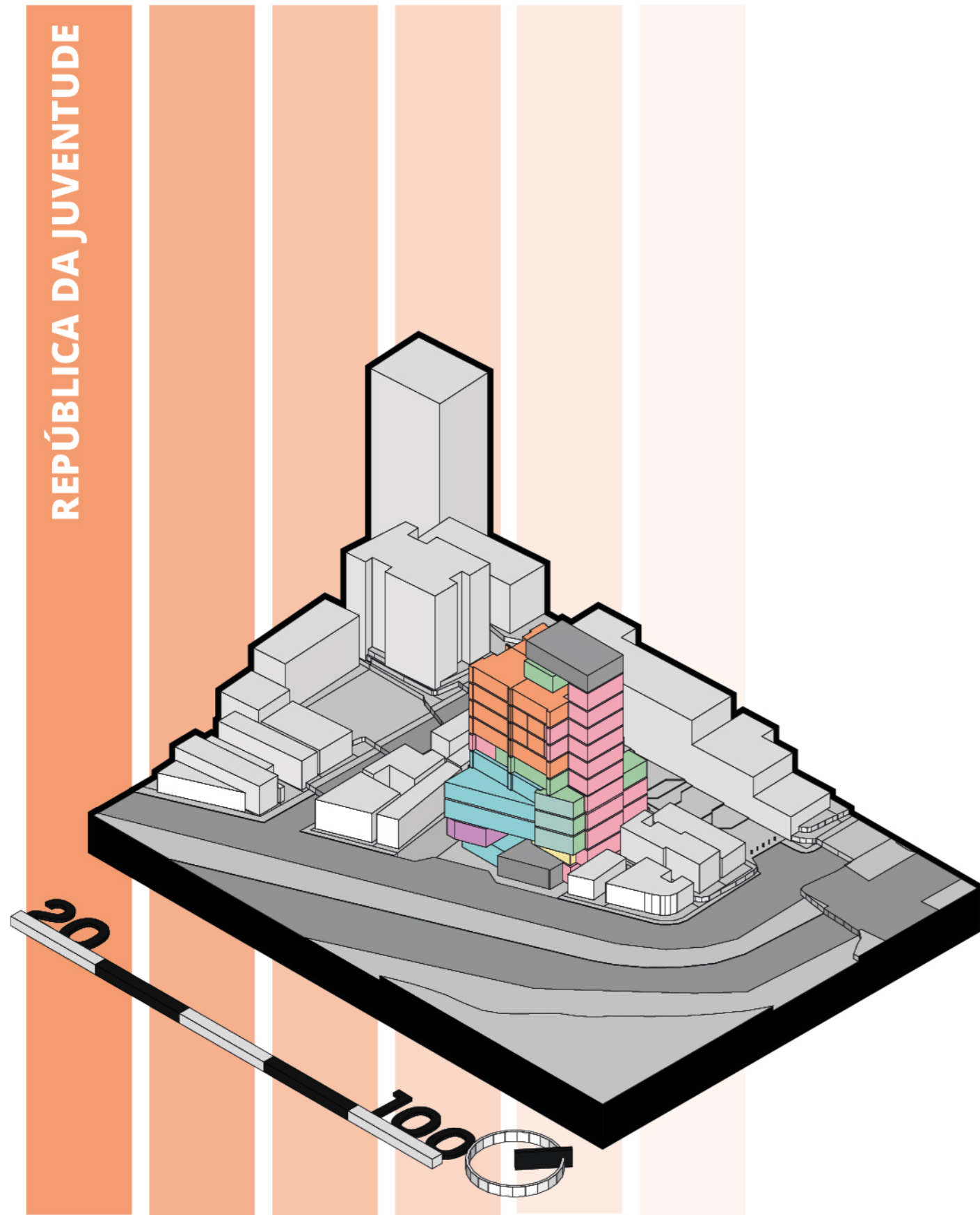
### Organização por pautas

	sala de estudos
	sala multiuso
	sala juventude
	sala profissionalizante
	saguão de exposição
	biblioteca
	sala de nivelção
	auditório
	restaurante social
infraestrutura	unidade de acolhimento
estares de lazer	salas psicologia
	sala serv. social
Apoio	administração
	Centro da Juventude

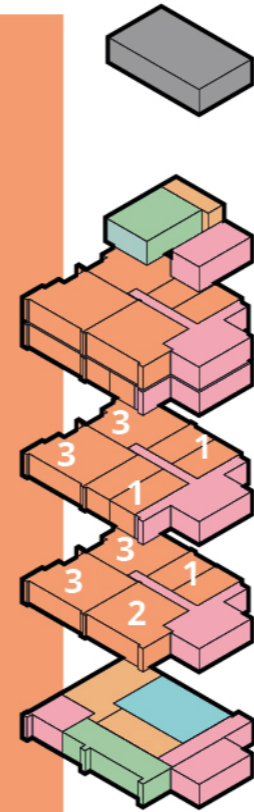




## 2. SOBRE O PROGRAMA

### REPÚBLICA DA JUVENTUDE



### ACOLHIMENTO

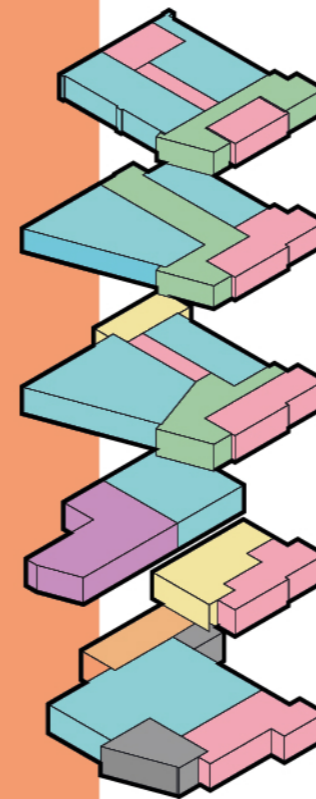


 Área comum
  Lavanderia

1  3  2   
 Moradia

 Administração
  Área comum
  Apoio psico.

### CENTRO DA JUVENTUDE



 Sala da Juventude
  Sala nivelção
  Área comum

 Sala de cursos
  Área comum

 Biblioteca
  Recepção
  Área comum

 Sala de cursos
  Recepção
  Restaurante Social

 Bicletario
  Sala de cursos
  Infraestrutura
  Circulação
  Banheiros

3.763,45m<sup>2</sup>

78m<sup>2</sup>

1.125m<sup>2</sup>

161,45m<sup>2</sup>

186,60m<sup>2</sup>

360,76m<sup>2</sup>

386,33m<sup>2</sup>

377,06m<sup>2</sup>

1.128,25m<sup>2</sup>



### 3. DEFINIÇÕES

#### Agentes de intervenção e viabilidade:

Propõe-se que o edifício seja gerido por um órgão da administração pública e por possíveis parcerias com organizações não governamentais, visto que as atividades têm interesse público e visam contribuir para a construção do bem-estar social. Além disso, pode-se considerar parcerias com iniciativas privadas por meio de incentivos fiscais, com o objetivo de ajudar na manutenção dos custos dos serviços oferecidos pela república. A gestão interna da república ficará a cargo dos próprios usuários.

*Conforme o Art. 2º do Projeto de Lei n.º 1118 de 2022, "O Poder Público é responsável pela criação de serviço de apoio para garantir moradia acessível destinada a jovens egressos de instituições que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que tenham vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, que estejam em processo de desligamento de instituições de acolhimento, que não tenham possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para prover o próprio sustento".*

#### Característica do público alvo :

O Serviço de acolhimento ofertado se destina exclusivamente a jovens que já completaram 18 anos, sem distinção de sexo, que atualmente estejam em processo de desligamento de instituições de acolhimento institucional ou que se encontrem em situação de vulnerabilidade social na região da Grande Florianópolis. Os jovens egressos geralmente estão atrasados na escola e possuem algum emprego vinculado ao programa Jovem Aprendiz. A moradia na República é garantida por quatro anos, um ano a mais do que o previsto no ECA, para oferecer um tempo adicional necessário para o nivelamento da educação, considerando a baixa escolaridade frequente desses jovens. Embora as moradias sejam sem distinção de sexo, elas serão organizadas em alas masculinas e femininas.

Para prepará-los para essa nova etapa da vida adulta, foram planejados serviços no Centro da Juventude, com o objetivo de assegurar que, quando o momento de desligamento chegar, esses jovens estejam prontos para a transição e o desligamento ocorra de maneira gradual. A República foi projetada para abrigar 40 jovens. Os serviços ofertados no Centro da Juventude servem a toda a população devido ao seu caráter de interesse público, com uma população flutuante estimada em 200 pessoas, incluindo funcionários e usuários.

### 4. ÁREA DE INTERVENÇÃO

#### SOBRE A PEDREIRA

O projeto está localizado em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no centro histórico da cidade. O desenvolvimento do bairro Pedreira remonta às primeiras ocupações da ilha. A Praça XV de Novembro desempenhou um papel fundamental na formação do traçado urbano. Devido à topografia natural do terreno, o lado oeste da praça foi ocupado por edifícios oficiais, religiosos e pelas residências de famílias nobres e ricas. Em contraste, o lado leste abrigou a população mais pobre. As ruas tortuosas dessa área levavam ao Rio da Bulha, que desempenhou um papel importante no abastecimento de água da cidade e servia como local de trabalho para as lavadeiras.

Com o desenvolvimento da cidade, as áreas mais pobres, como o bairro Pedreira, sofreram diversas epidemias e se tornaram conhecidas por suas condições insalubres. Pressionada pela elite burguesa, a cidade começou a implementar decretos higienistas e a criar a primeira rede de esgoto. O Rio da Bulha, que já não apresentava condições adequadas de uso, foi um dos primeiros alvos dessas obras, seguido pela remodelação das edificações ao redor. Nessas transformações, a população mais pobre foi a mais afetada, sendo expulsa dessa área da cidade.

Nos anos seguintes, novas mudanças ocorreram. Entre a Rua da Pedreira e a Fonte Grande, as casas foram demolidas como parte das políticas higienistas, e no local foram instaladas novas edificações, como o Instituto Politécnico, a Escola Normal e outros prédios governamentais (Santos, 2009).

A inauguração da Ponte Hercílio Luz e o desejo de modernizar a cidade transformando-a em uma "capital elegante" trouxeram novas edificações. O lado leste começou a receber os primeiros edifícios após as demolições, e os sobrados comerciais começaram a surgir, uma característica que persiste até os dias atuais. As maiores mudanças na paisagem do bairro ocorreram na década de 1950, com a construção dos primeiros edifícios altos, seguida pelas obras de aterro nas décadas seguintes.

Em 1988, a criação do Terminal Urbano Cidade de Florianópolis trouxe uma nova dinâmica ao bairro, que foi ainda mais transformada pela inauguração do TICEN em 2003, que direcionou o fluxo de pessoas para o lado oeste da praça e deslocou o comércio e atividade do lado leste para o segundo plano.

#### Projetos e Iniciativas no Bairro:

**Viva a Cidade:** Projeto que ocorre aos sábados pela manhã, buscando revitalizar o bairro com feiras, artesanato, sebos, brechós e apresentações culturais.

**Sapiens Centro:** Lançado em 2015, este projeto visa revitalizar o bairro, incentivando a criação de startups e co-workings por meio de isenção de IPTU. Reformas urbanas na infraestrutura do bairro também estão previstas.

**Terminal Urbano:** Atualmente em desuso desde que as linhas urbanas foram transferidas para o TICEN, o terminal ficou abandonado por alguns anos. Recentemente, foi anunciado um projeto para transformar o terminal em um espaço de eventos.

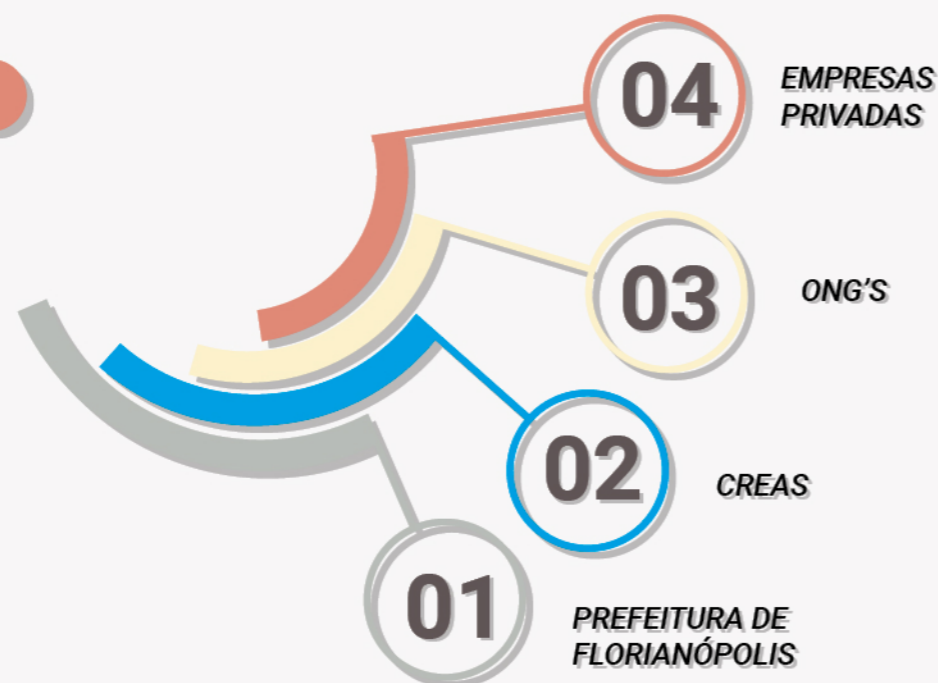
Projetos de revitalização urbana, como o Sapiens, embora tenham o potencial de transformar áreas degradadas e estimular o desenvolvimento econômico, também podem gerar efeitos segregatórios. No caso do centro histórico de Florianópolis, onde o bairro Pedreira está localizado, a população que tradicionalmente habitava essa região já sofreu diversos processos de expulsão ao longo do tempo. Desde as políticas higienistas do início do século XX até os recentes projetos de modernização, os moradores mais vulneráveis têm sido constantemente deslocados, perdendo seu espaço e sua conexão com o local.

Atualmente, a área leste do centro de Florianópolis conta com apenas um projeto institucional voltado para a população em situação de vulnerabilidade social, evidenciando a falta de iniciativas inclusivas na região. Projetos como o Sapiens, focados na economia criativa e na atração de startups, arriscam intensificar a gentrificação ao priorizarem o desenvolvimento econômico sem considerar as necessidades e o direito de permanência das populações historicamente marginalizadas.

Além disso, para que a revitalização da área seja verdadeiramente inclusiva e sustentável, é essencial buscar uma ocupação mais diversificada e contínua, além dos horários comerciais. A presença de moradias no bairro, especialmente para populações de baixa renda, poderia contribuir para uma dinâmica urbana mais equilibrada, garantindo que a área seja utilizada em diferentes horários e por diferentes grupos sociais. Isso não apenas preservaria a diversidade cultural e social da região, mas também ajudaria a evitar que o centro histórico se transforme em um espaço elitizado e desconectado das realidades locais.

Dessa forma, as propostas de revitalização deveriam ir além do incentivo ao comércio e ao turismo, buscando integrar a moradia e o uso social do espaço urbano como parte fundamental do processo. Somente assim será possível construir uma cidade que valorize suas raízes históricas e culturais, sem repetir os erros do passado, onde o progresso foi muitas vezes alcançado às custas da exclusão dos mais vulneráveis.

#### REDE DE APOIO AO EGRESSO



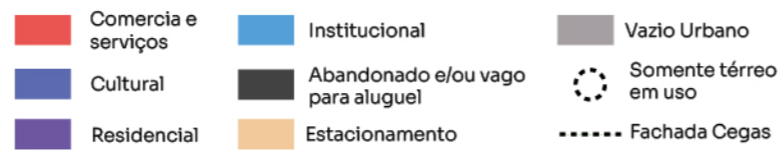


# 4. ÁREA DE INTERVENÇÃO

## ANÁLISE DO TECIDO URBANO MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA

### USOS

A região é predominantemente comercial e de serviços, com uma rica oferta cultural, incluindo o Museu Victor Meirelles, o Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina, o Museu da Escola Catarinense e o Centro Cultural de Florianópolis. Iniciativas como a Feira Viva Cidade e a Maratona Cultural também enriquecem a área. No entanto, a degradação urbana devido a edificações abandonadas e a redução do fluxo de pedestres, agravada pela pandemia e pela retirada das linhas do terminal urbano, impactam negativamente a região. A vida noturna é impulsionada por bares e bistrôs



### CHEIOS E VAZIOS

No mapa, é possível observar o desenho urbano do bairro. As vias são estreitas e as edificações, em sua maioria, não apresentam afastamentos, ocupando toda a testada do lote. Essa tipologia confere ao bairro características singulares em relação às outras ruas do centro histórico de Florianópolis. Apesar da malha urbana densa, ainda é possível encontrar lotes não edificadas. Os vazios próximos à Av. Hercílio Luz estão atualmente sendo utilizados como estacionamentos privativos, enquanto outros terrenos não edificadas encontram-se fechados por portões.

### GABARITO

No que se refere ao gabarito das edificações presentes no bairro, é possível observar uma discrepância significativa de alturas. Nas décadas de 70 e 80, o bairro passou por um desenvolvimento acelerado, impulsionado por interesses privados e apoiado pelo plano diretor vigente. A Rua Antônio Luz, voltada para o aterro da Baía Sul, foi uma das mais afetadas por essas mudanças, abrigando vários edifícios com mais de 10 pavimentos. No interior do bairro, novas edificações surgiram a partir da unificação de lotes, visando a construção de novos prédios. Apesar dessas modificações, ainda é possível encontrar edificações que sobreviveram às décadas e mantêm o caráter histórico da região.



### FLUXOS

O bairro da Pedreira possui uma malha urbana privilegiada em relação à Florianópolis, desenvolvendo-se próximo a duas grandes vias arteriais: a Av. Hercílio Luz e a Av. Mauro Ramos. As ruas internas do bairro se dividem entre vias locais e vias exclusivas para pedestres. É importante destacar que a Rua Tiradentes é a via com maior movimentação de veículos, conectando o bairro no sentido leste-oeste, enquanto as demais vias são utilizadas principalmente como estacionamento. Uma das ruas que mais sofre com ausência de pedestre, é General Bittencourt, usada exclusivamente como estacionamento Zona Azul.

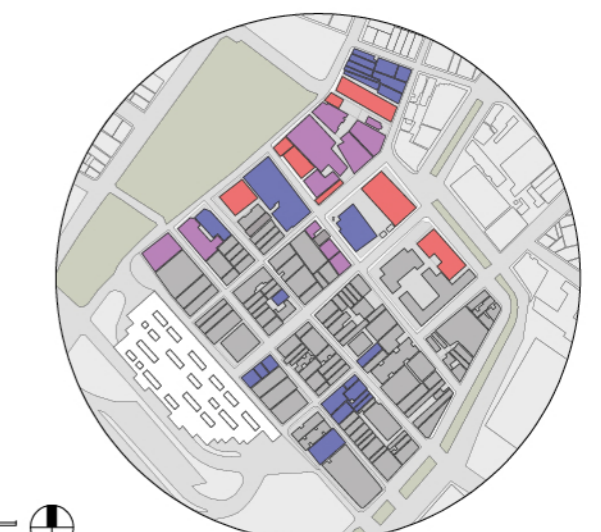
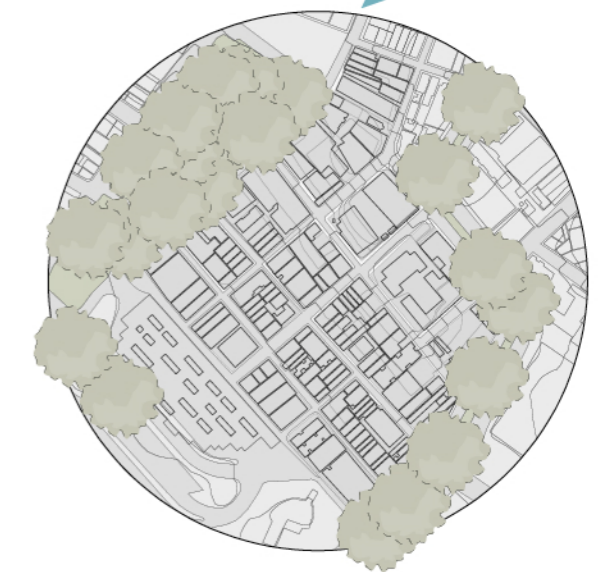
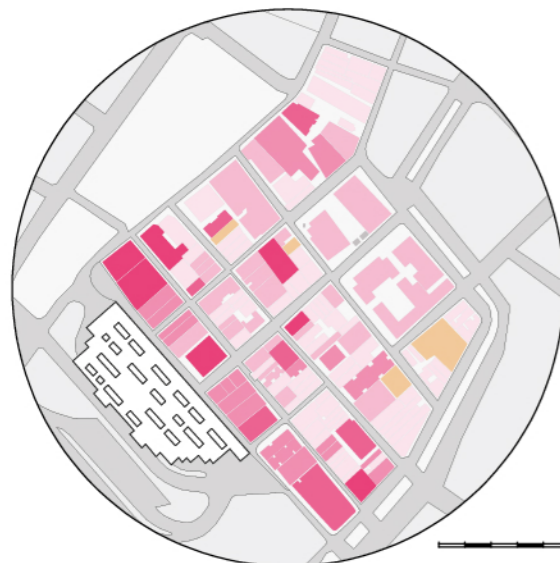
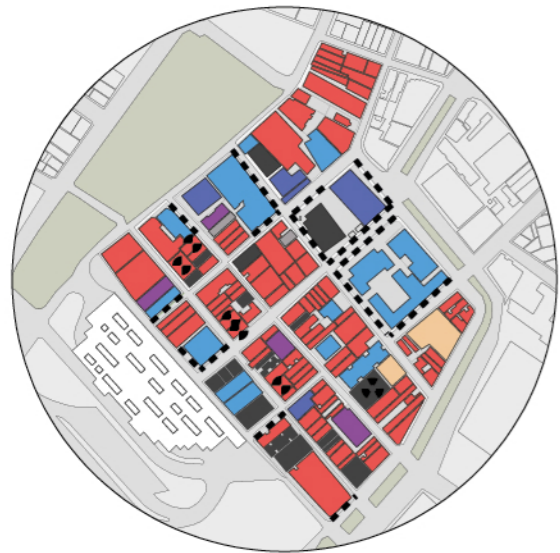


### ÁREAS VERDES

No que se refere aos espaços dedicados a áreas verdes e locais de estar, o bairro apresenta uma grande carência. Usuários e comerciantes reclamam que o bairro não apresenta nem um lugar de descaço, tornando a Pedreira um grande espaço de passagem e que dificulta a permanência. É importante integrar as áreas verdes do entrono para a criação de novos espaços e formas de apropriação no bairro. Essa região é muito utilizada por estudantes do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina e por funcionários dos edifícios institucionais e por comerciantes, que acabam buscando espaços de lazer na praça XV ou na Av. Hercílio Luz.

### TOMBAMENTO

O centro histórico de Florianópolis, apesar de bem integrado à malha urbana, enfrenta degradação e perda de vitalidade. A região possui um rico patrimônio histórico, mas muitas edificações estão degradadas, abandonadas ou disponíveis para aluguel. A poluição visual causada pela fiação elétrica também é um problema. Atualmente, a área passa por um processo de revitalização que gerou atritos entre a prefeitura e o IPHAN devido à substituição das pedras Pé de Moleque por paralelepípedos, levantando preocupações sobre a preservação da autenticidade histórica das vias





# 4. ÁREA DE INTERVENÇÃO

## PROBLEMÁTICAS ENCONTRADAS NO BAIRRO

Esta etapa do projeto apresenta algumas das questões levantadas durante a análise do bairro, que me orientaram no processo de projetual para desenvolver novas soluções que gerem urbanidades para o bairro



### USO COMERCIAL E SERVIÇO

A região é predominantemente comercial, com apenas quatro edificações residenciais, tornando a área ativa principalmente durante os horários comerciais. Isso faz com que muitos percebam o centro como “abandonado” à noite, especialmente durante a semana. No entanto, ao se aproximar do final de semana, a Pedreira apresenta uma peculiaridade: a vida boêmia aflora no bairro, tornando-o um local onde muitos jovens vão para se divertir no “fluxo”.

### VAZIOS URBANOS E LOTES EM DESUSO

Os edifícios abandonados e em desuso representam sérios problemas urbanos. Eles contribuem para a degradação visual e estrutural da área, aumentando a sensação de insegurança. No bairro, há edifícios abandonados há mais de vinte anos, exacerbando esses problemas. Além disso, esses imóveis representam uma perda econômica significativa, pois poderiam ser utilizados para habitação, comércio ou serviços, contribuindo para a revitalização urbana

### FACHADAS NÃO ATIVAS

Como vimos no mapa de usos, o bairro apresenta várias áreas com fachadas cegas, especialmente próximas a lotes abandonados e vazios urbanos. Essa descontinuidade visual em algumas vias, como a Rua General Bittencourt, que não possui conexão com nenhuma fachada ativa, altera significativamente a dinâmica urbana. A falta de fachadas ativas nessas áreas contribui para a sensação de insegurança, reduz a interação social e desvaloriza o espaço urbano, prejudicando a qualidade de vida dos moradores

### ESTACIONAMENTO NAS VIAS

O bairro é atualmente sofre bastante com o número de carros que utilizam a áreas como estacionamento. Em virtude do tamanho de algumas caçadas no bairro encontramos algumas áreas que apresentam conflito entre automóveis vs pedestres.

### AUSÊNCIA DE ÁREAS VERDES E ESPAÇOS DE REPOUSO

Por não apresentar nem uma área de estadia e/ou mobiliário urbano para os pedestres no bairro, a área se caracteriza principalmente por ser espaço de passagem. A ausência de tais espaços não incentiva a permanência e circulação de pessoas por mais tempo dentro bairro.

### INFRAESTRUTURA DE APOIO A PESSOAS DE BAIXA RENDA

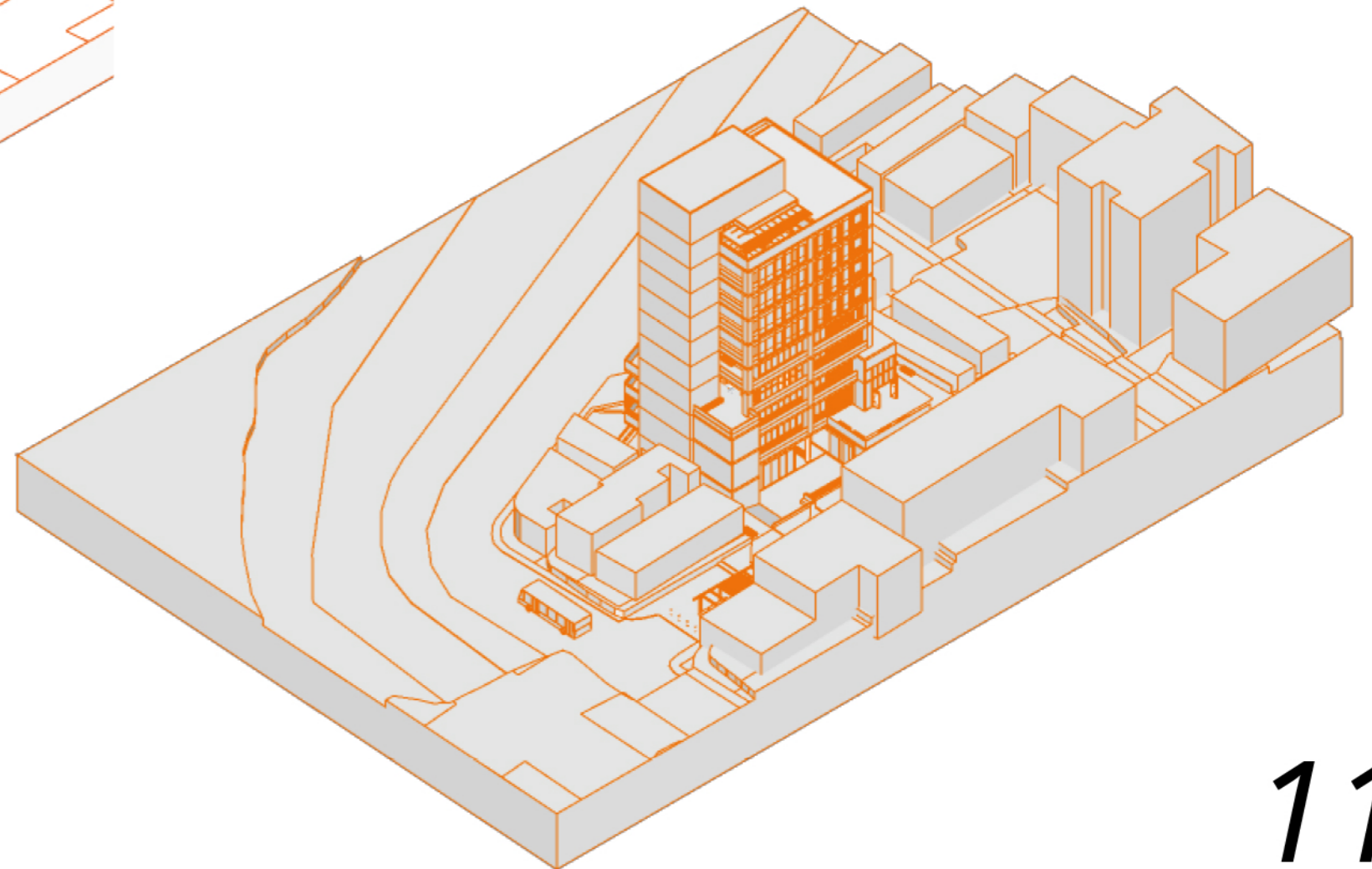
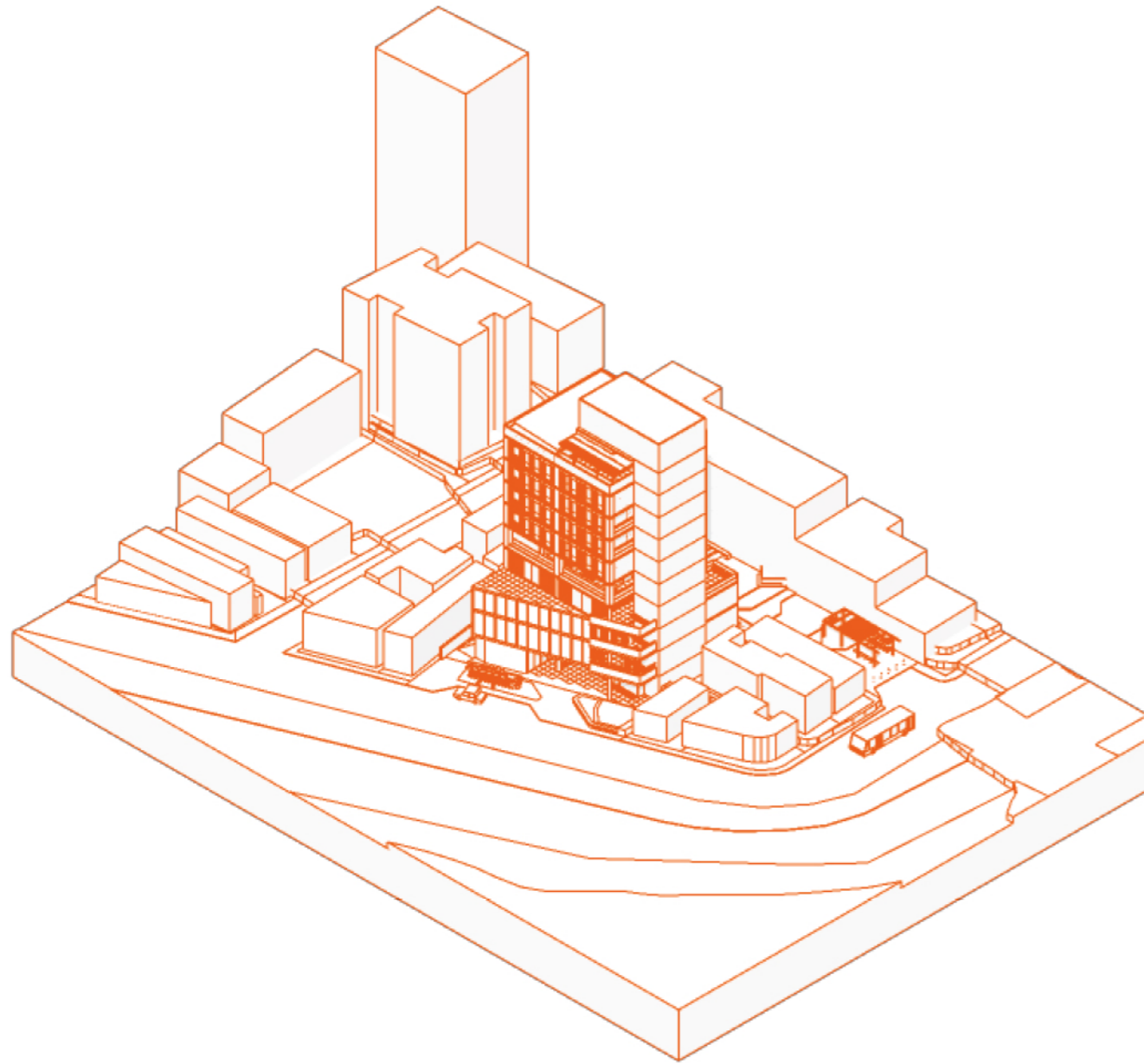
Apesar de apresentar uma diversidade de equipamentos institucionais, o Instituto Arco Iris é o único que se dedica a atender famílias que estejam em vulnerabilidade social.

Proposta de reestruturação urbana PARA O BAIRRO



- |   |                           |                                  |
|---|---------------------------|----------------------------------|
| <b>01</b> Área Seleccionada                 | Automóveis                | <b>A</b> R. Gen. Bittencourt     |
| <b>02</b> Centro Cultural da Cultura Negra  | Exclusivas Para Pedestres | <b>B</b> R. Nunes Machado        |
| <b>03</b> Starup Social                     | Eixo Central              | <b>C</b> R. Saldanha Marinho     |
| <b>04</b> Albergue Social                   | Ciclofaixa                | <b>D</b> Travessa Ratclif        |
| <b>05</b> Praça de Esportes Coberta         | Barreira Carros           | <b>E</b> Travessa Osmar Regueira |
| <b>06</b> Ônibus Executivo + Estacionamento |                           | <b>F</b> Rua Victor Meireles     |
|   |                           | <b>G</b> R. Tiradentes           |
|   |                           | <b>H</b> Calçada João Pinto      |
|   |                           | <b>I</b> R. Antônio Luz          |
|   |                           | <b>A</b> AV. Hercílio Luz        |
|   |                           | <b>B</b> Praça xv de Novembro    |
|   |                           | <b>C</b> Avenida Paulo Fontes    |

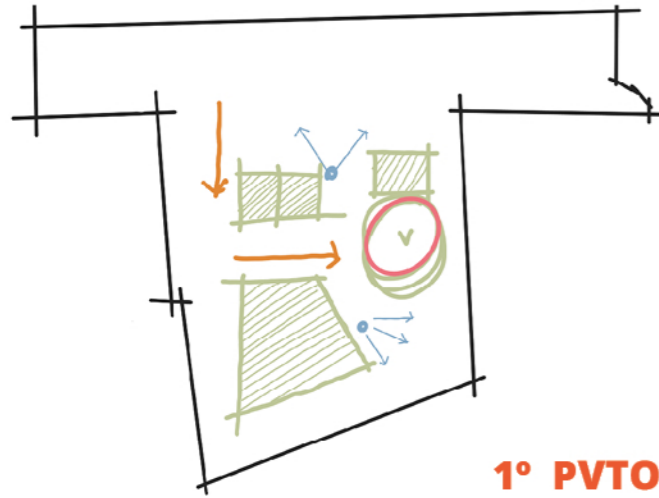
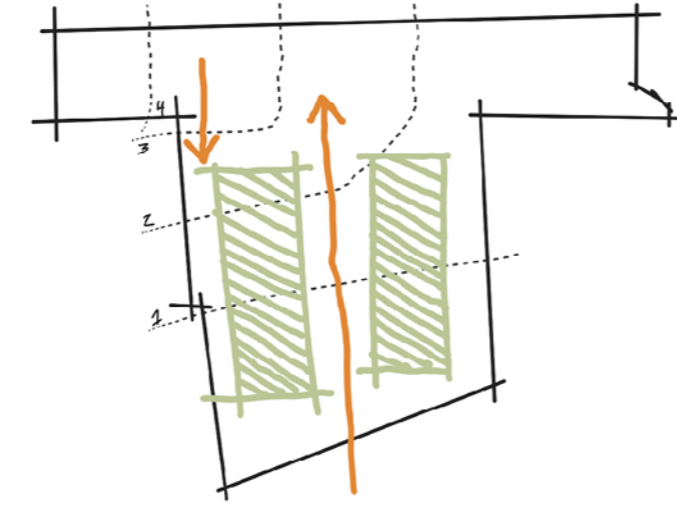
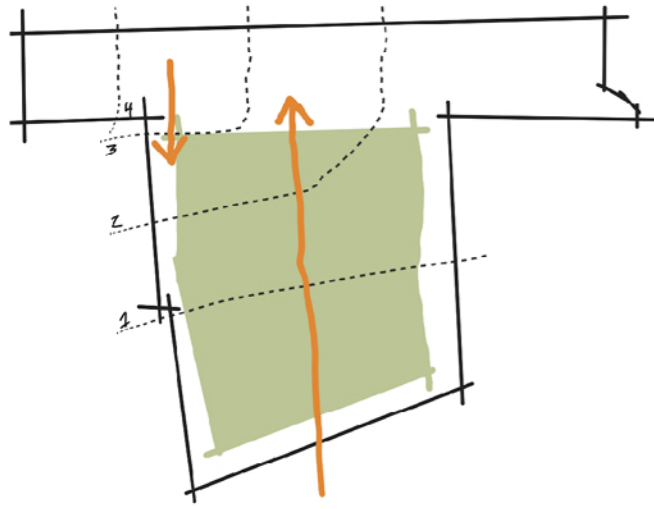




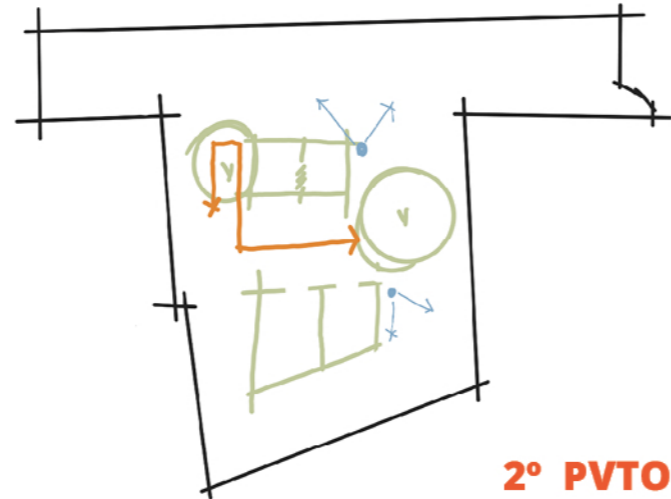


# FLUXOS E CONEXÕES VISUAIS

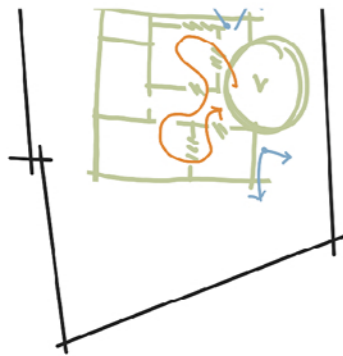
T



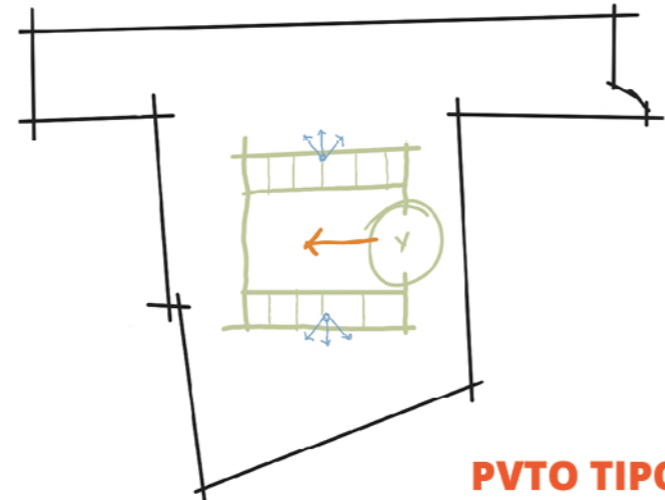
1º PVTO



2º PVTO



3º PVTO

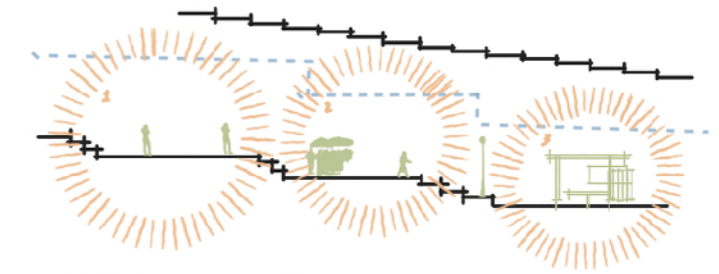
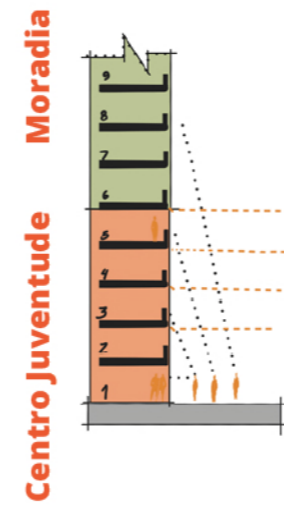


PVTO TIPO

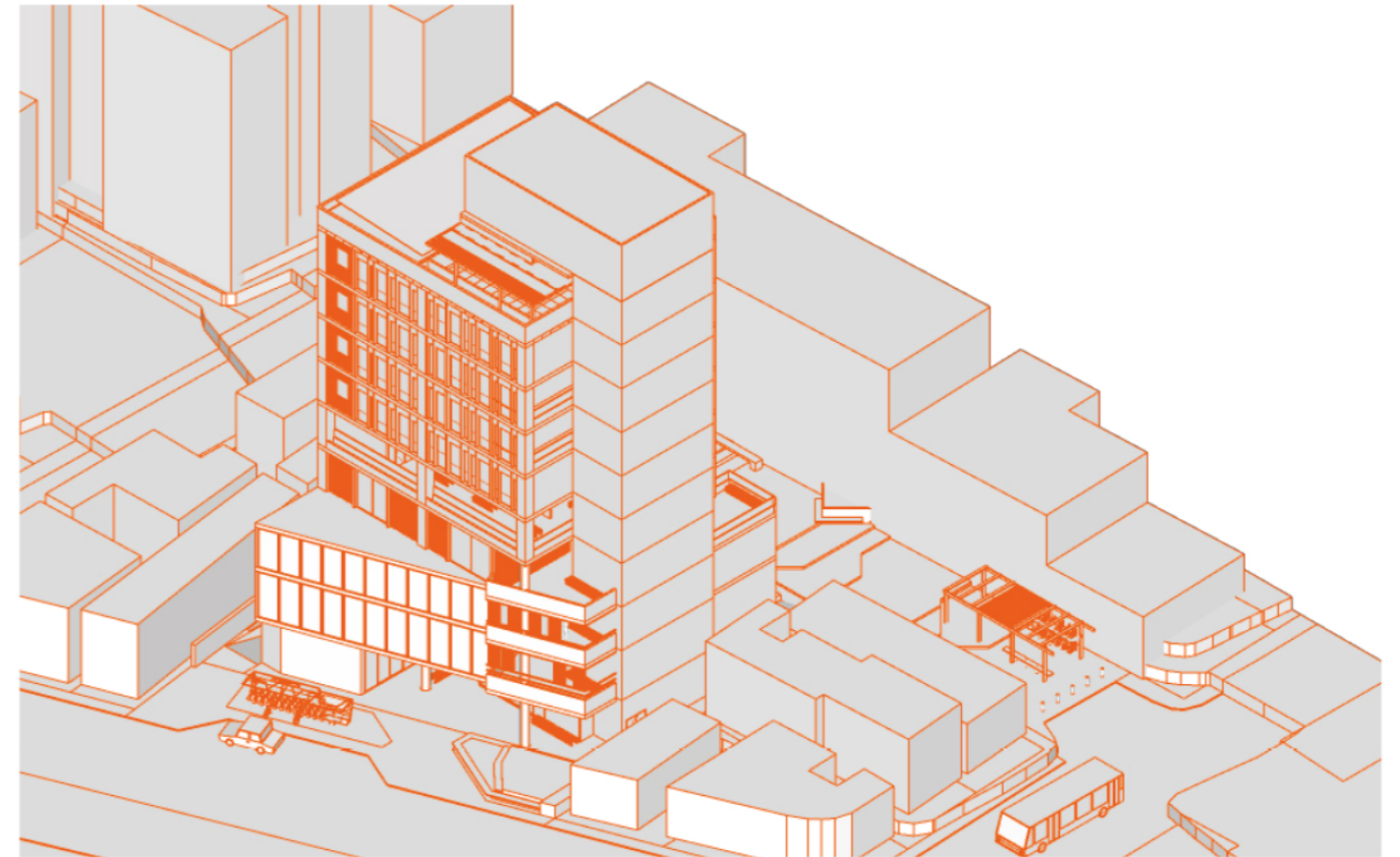


Jan Gehl - Cidades Para Pessoas

O contato entre **edifício e a rua** é possível dos **cinco andares mais baixos**. O contato com a cidade se dissipa rapidamente **acima do quinto andar**, com a interface de contato mudando para vistas, nuvens e aviões.

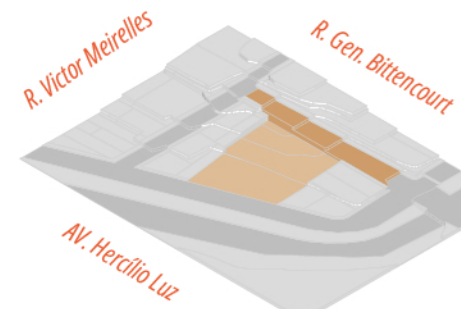


R. Gen. Bittencourt



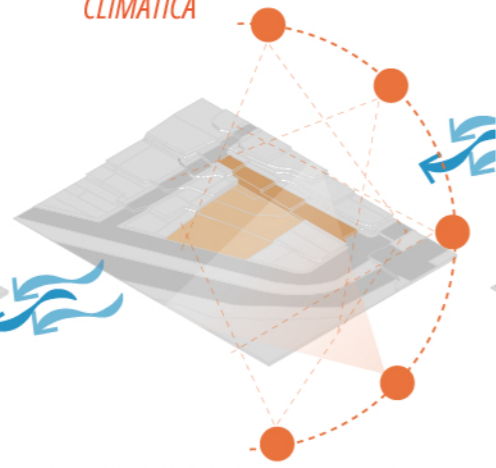


## CONTEXTO

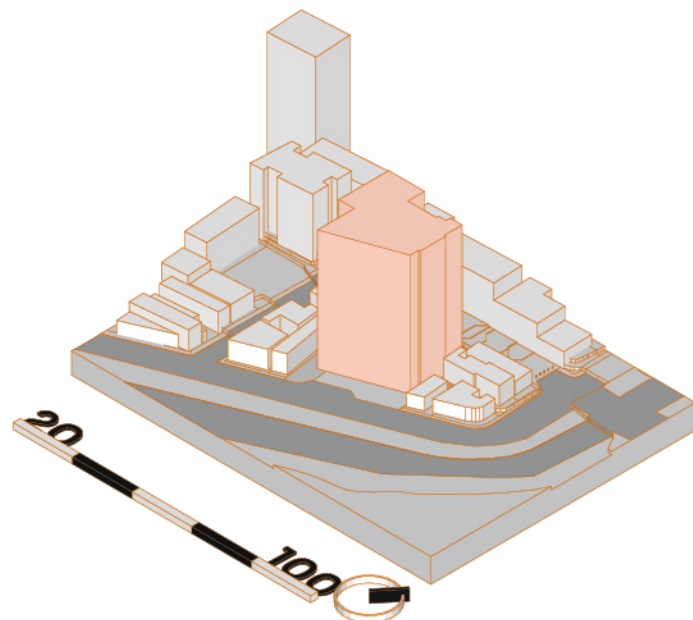
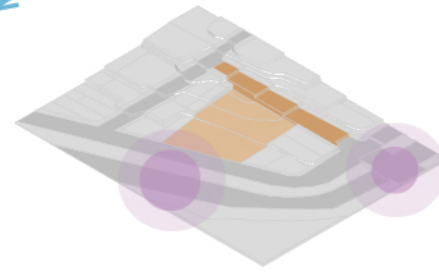


O terreno é usado como estacionamento atualmente e apresenta um desnível de 4 metros, buscou-se criar acessos nos dois níveis, sendo um acesso do bairro e o outro através da AV. Hercílio Luz.

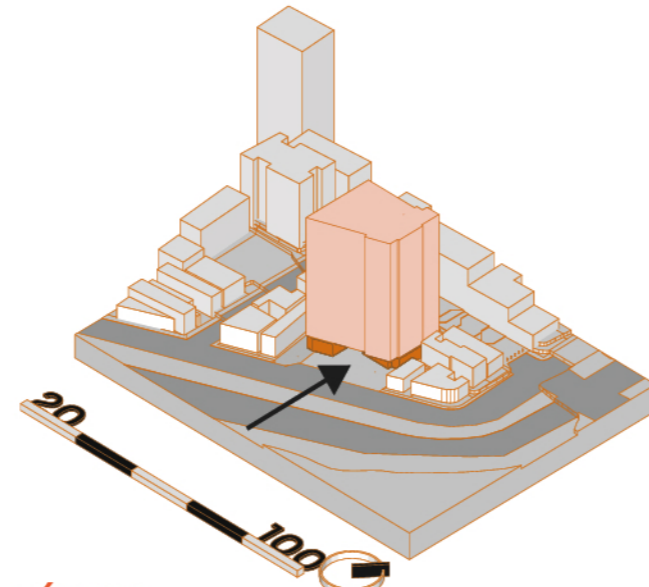
## CONDICIONANTES CLIMÁTICA



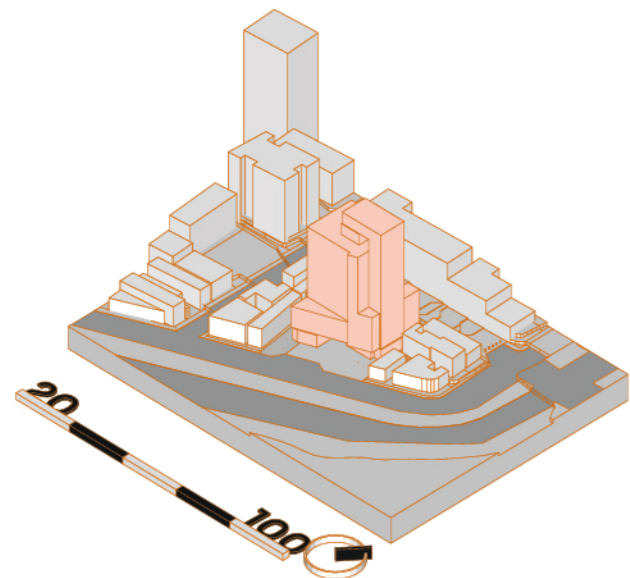
## CONDICIONANTES SONORAS



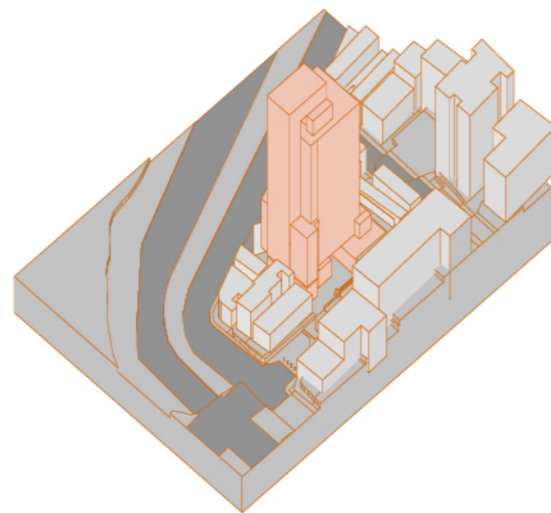
**EDIFÍCIO**  
MASSA BASE



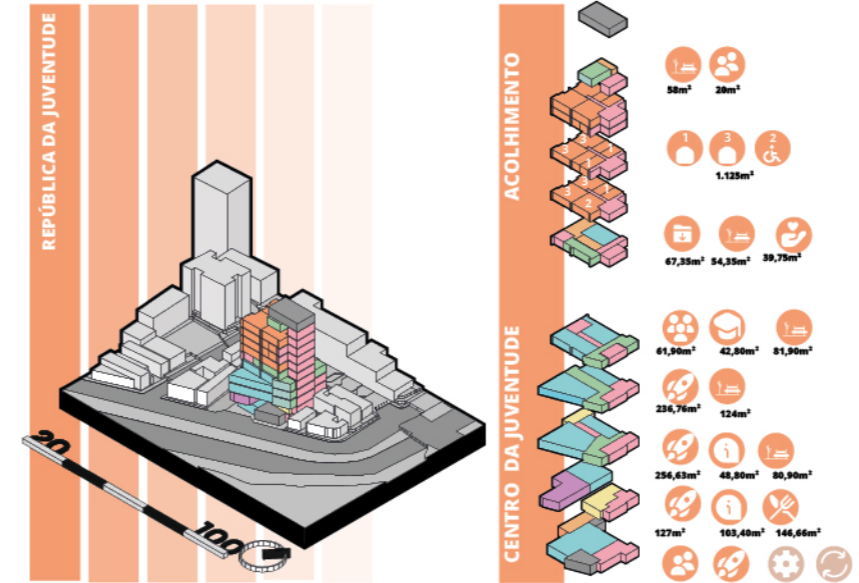
**TÉRREO**  
CONEXÃO ENTRE AS VIAS



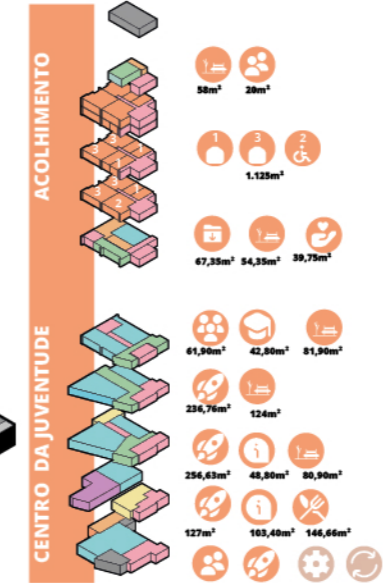
**BASE**  
RECUOS DA TORRE



**BASE**  
RECUOS DA TORRE

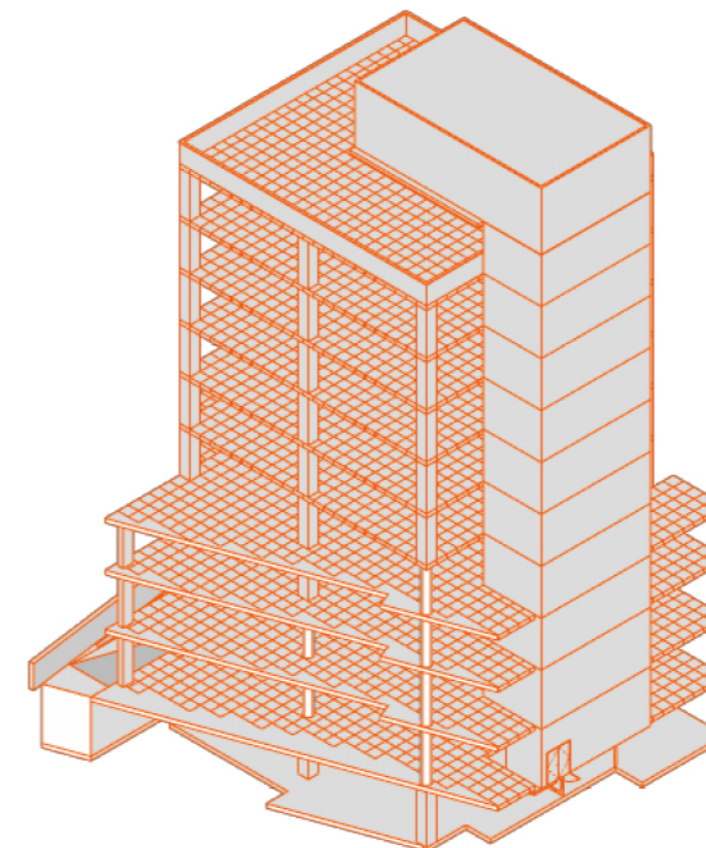


## PLANO DIRETOR



3.763,45m <sup>2</sup>
78m <sup>2</sup>
1.125m <sup>2</sup>
161,45m <sup>2</sup>
186,60m <sup>2</sup>
360,76m <sup>2</sup>
386,33m <sup>2</sup>
377,06m <sup>2</sup>
1.128,25m <sup>2</sup>

ÁREA MISTA CENTRAL	
Nº Máx Pavimentos Padrão:	10
Nº Máx Pavimentos:	12
Taxa de Ocupação (%):	50%
Taxa de Ocupação Diferenciada (%):	100%
Taxa de Impermeabilização (%):	70%
Altura Máxima da Fachada:	46
Coefficiente de Aproveitamento Básico:	1
Coefficiente Acréscimo OODC:	4.38
Recuo Frontal	11,50
<b>Área do Lote - 1065.43 m<sup>2</sup></b>	
<b>Perímetro - 132,12</b>	

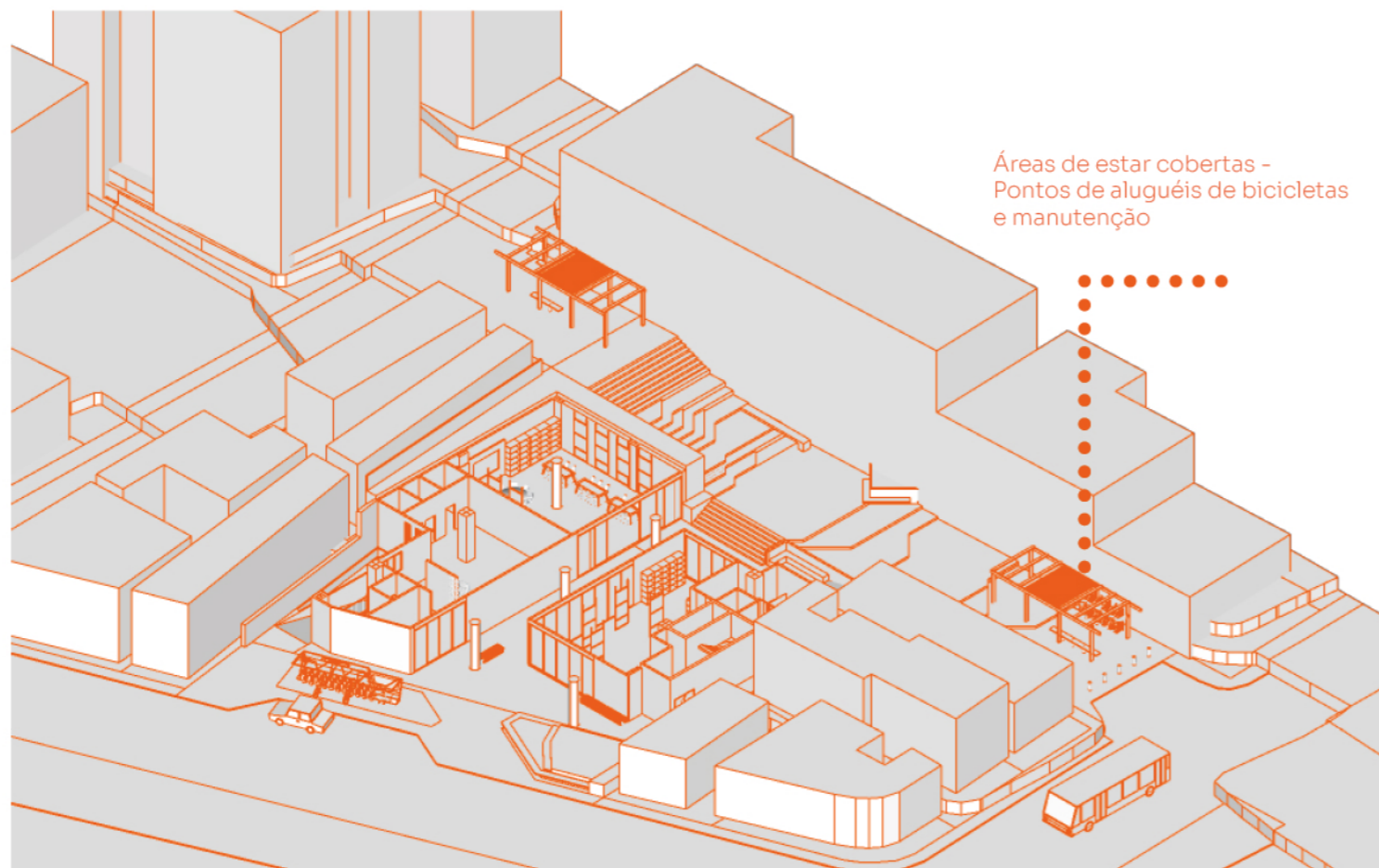


## SOBRE A ESTRUTURA

A escolha da estrutura para o projeto foi guiada por considerações econômicas, fundamentais para a viabilidade de uma edificação de cunho social. Optou-se por trabalhar com lajes nervuradas. Com uma malha estrutural simples de 9,20x8,40 metros. As cubetas(80cm) ajudaram a compor o alinhamento das esquadrias nas fachadas.



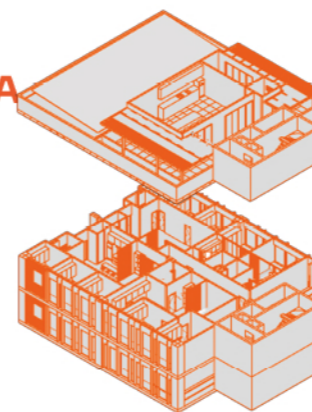
## TÉRREO



Áreas de estar cobertas -  
Pontos de alugueis de bicicletas  
e manutenção

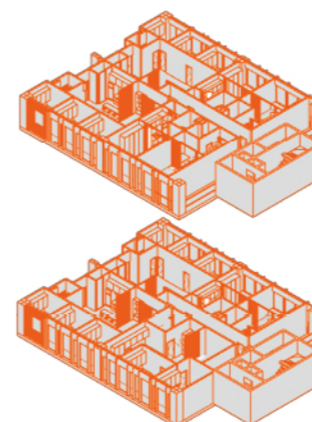
Os princípios que nortearam o desenvolvimento do térreo basearam-se na conexão entre a Avenida Hercílio Luz e a Rua General Bittencourt. Para dar um novo caráter à rua, optou-se por fechar o tráfego de automóveis e integrar essa área ao projeto. Como todo o programa se baseia em ajudar os jovens egressos e considerando a carência de projetos sociais no bairro, decidiu-se criar no térreo um restaurante social, com um sistema de refeições sociais. No térreo também está localizada a primeira sala de cursos profissionalizantes. O curso escolhido para o térreo é o de arte urbana. Além disso, o térreo serve como o acesso principal para os moradores da república.

## COBERTURA



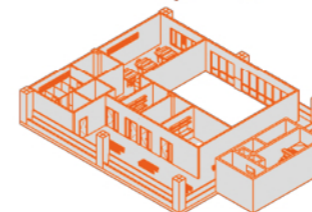
A cobertura do centro da juventude oferece um salão de festas e uma lavanderia coletiva, ambos exclusivos para os moradores da república.

## PVTO TIPO



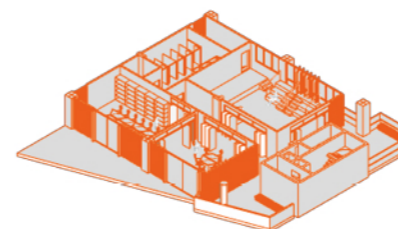
O pavimento tipo foi estruturado de modo a criar três tipologias de apartamentos, sendo dois coletivos e um estúdio. Durante a tomada de decisões, priorizou-se que os quartos tivessem iluminação natural.

## 4º PVTO



O quarto pavimento abriga as funções administrativas e salas de psicologia e sala de acompanhamento social.

## 3º PVTO



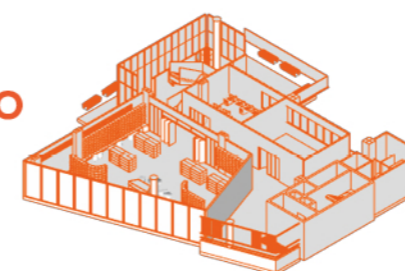
O terceiro pavimento marca a transição entre a República e o Centro da Juventude. Com o intuito de criar um espaço que fomente a socialização, foram alocados a Sala da Juventude, um espaço para apropriação pelos usuários do edifício, o Auditório e a Sala de Apoio Educacional.

## 2º PVTO



Este pavimento se dedica a abrigar salas de aula, com três salas destinadas aos cursos sazonais e uma sala dedicada ao curso de TI.

## 1º PVTO

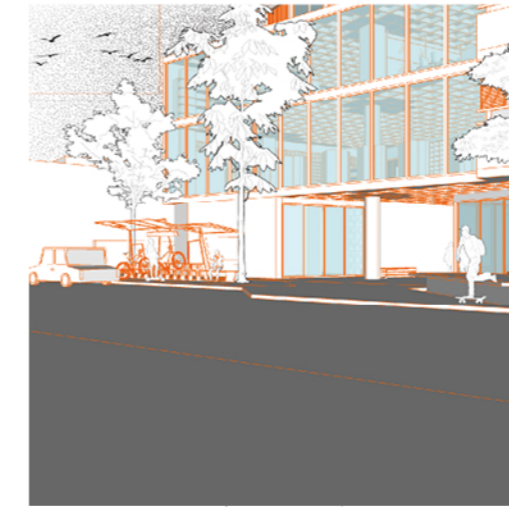


No primeiro pavimento encontram-se a biblioteca, a sala de informática e a sala de estudos individuais. A biblioteca, por sua natureza, demanda um espaço maior para acomodar uma vasta coleção de livros e oferecer áreas confortáveis para leitura e pesquisa. Além disso, a sala de informática e a sala de estudos individuais foram posicionadas nesse pavimento para garantir um ambiente tranquilo e livre de barulho, essencial para a concentração e o aprendizado eficaz. A disposição dessas salas no primeiro pavimento assegura que os usuários possam usufruir de um espaço adequado para suas atividades, promovendo um ambiente propício ao estudo e à pesquisa.

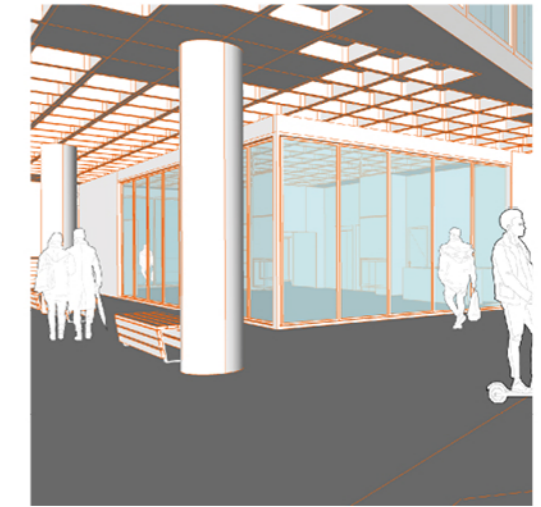


## Planta TÉRREO

esc. gráfica



**1 Acesso Hercílio Luz**



**2 Acesso R. Gen. Bittencourt**



### LEGENDA

- 1 - Sala profissionalizante**
- 2 - Restaurante Social**
- 3 - Banheiros**
- 4 - Saguão de exposição**

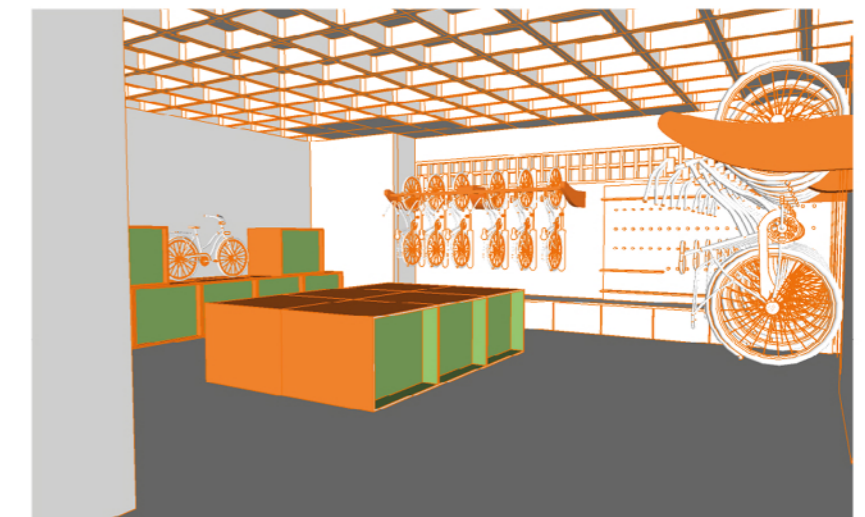
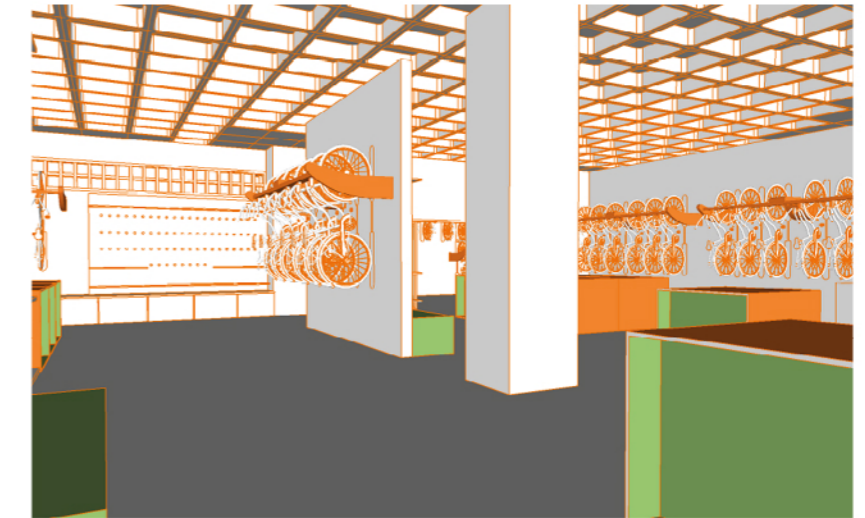
**Sala de arte urbana** - Visando incentivar e promover a expressão artística na comunidade. Cria-se o curso de arte urbana e opta-se por realizar o curso no pavimento térreo. Localizar o curso no térreo facilita o acesso e a visibilidade, permitindo que a comunidade local se sinta mais convidada a participar e interagir com o projeto. A arte urbana, por sua natureza, é uma forma de expressão que se beneficia da interação direta com o público. O ambiente do térreo, sendo mais acessível e aberto, promove interações espontâneas entre os participantes do curso e os transeuntes, criando um espaço dinâmico onde ideias podem ser trocadas e novas colaborações podem surgir. Além disso, a arte urbana não se limita às paredes de uma sala de aula. Ao situar o curso no térreo, os alunos têm a oportunidade de expandir suas atividades para o exterior, utilizando paredes, muros e outros espaços públicos como telas para suas criações, enriquecendo a experiência de aprendizado e contribuindo para a revitalização visual do entorno.





*LEGENDA*

- 6- Bicicletário**
- 7- Lixo**
- 8 - Sala profissionalizante**
- 9- Área técnica**
- 10- banheiros**
- 11 - Lixo**



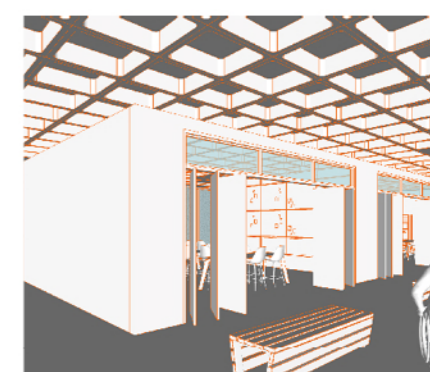
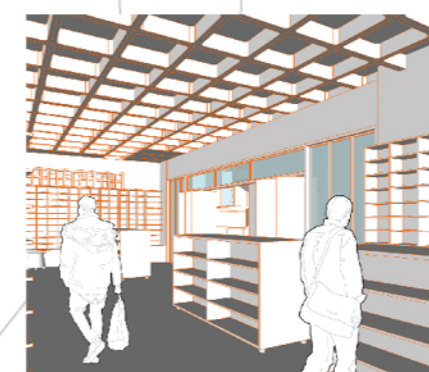
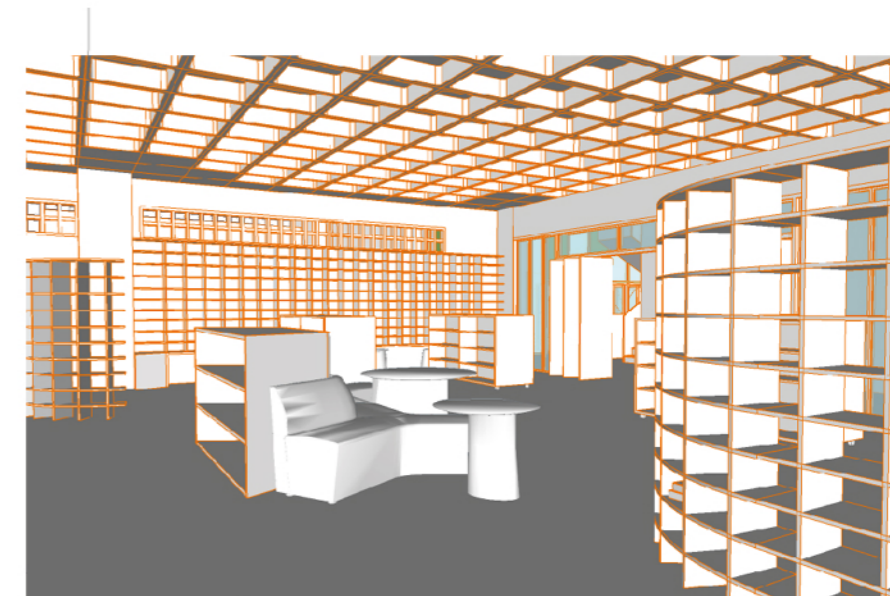
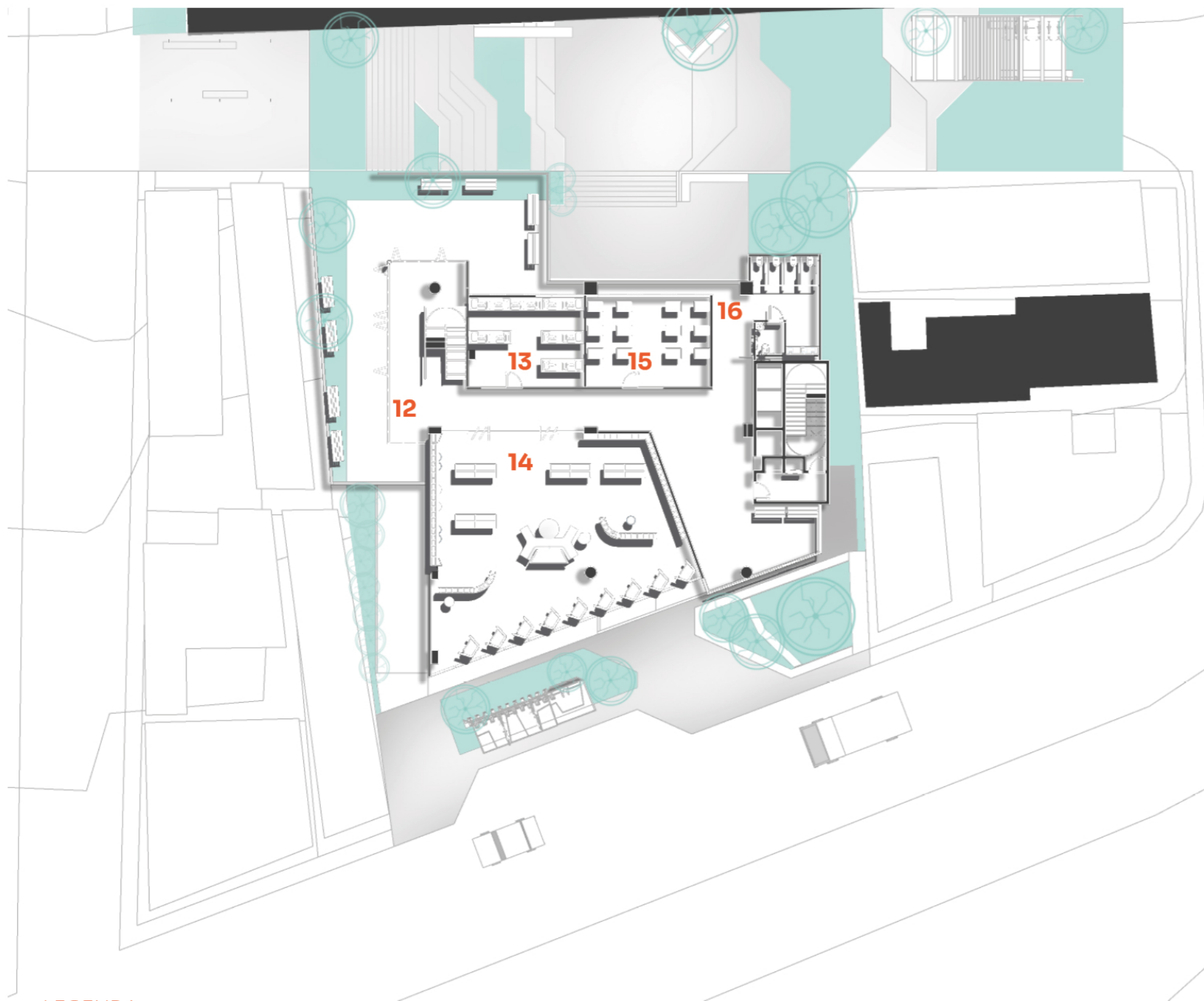
**3 Sala manutenção de Bikes**

**Manutenção de Bicicletas:**

O curso de manutenção de bicicletas tem como finalidade promover uma forma de locomoção alternativa, auxiliando os egressos a se deslocarem pela cidade de forma mais eficiente. Além disso, o curso visa reduzir a quantidade de automóveis no bairro, mostrando que existem soluções de locomoção sustentáveis e viáveis



**Planta 1º PVTO**  
*esc. gráfica*

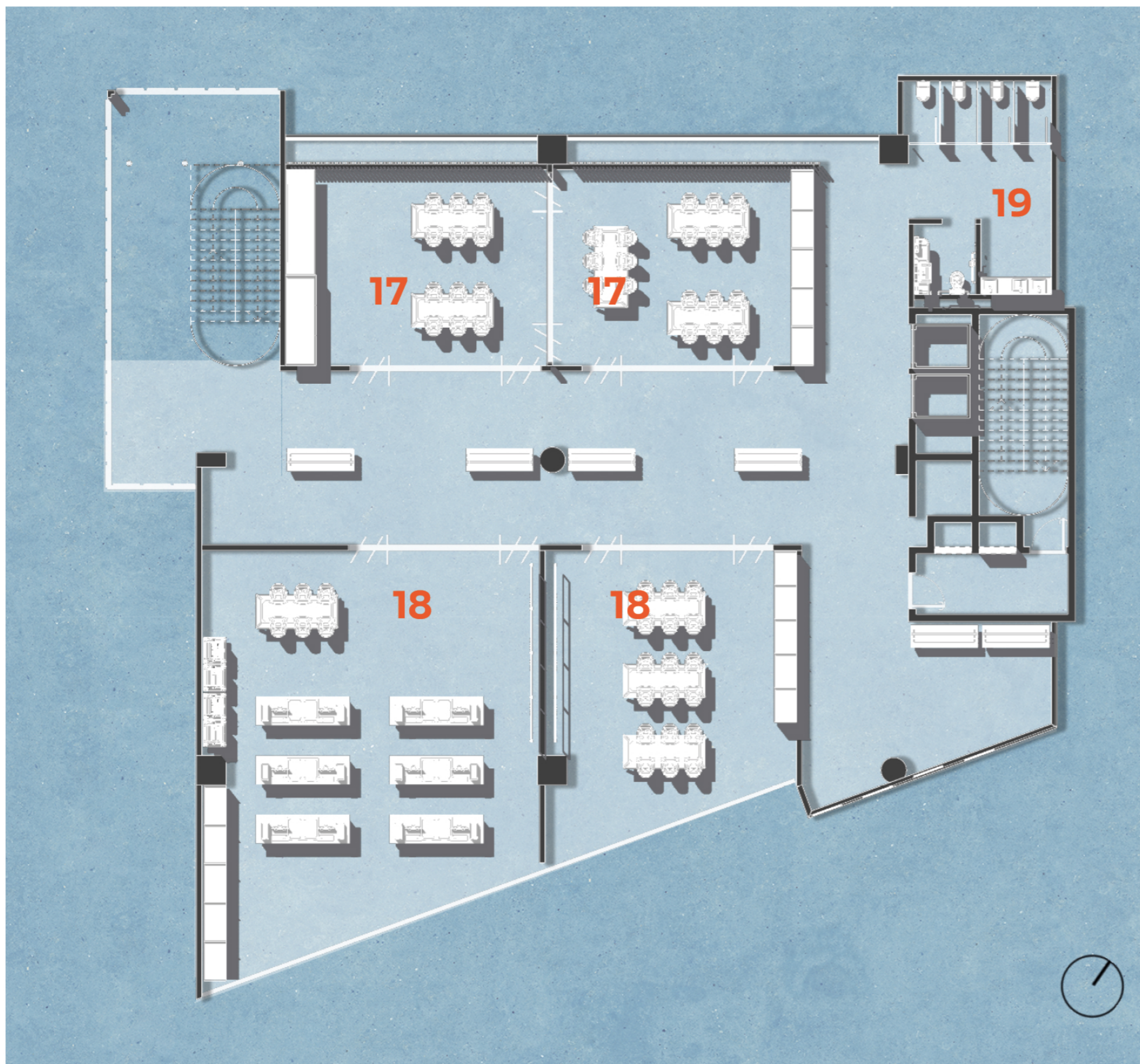


**4** Biblioteca

**5** Circulação

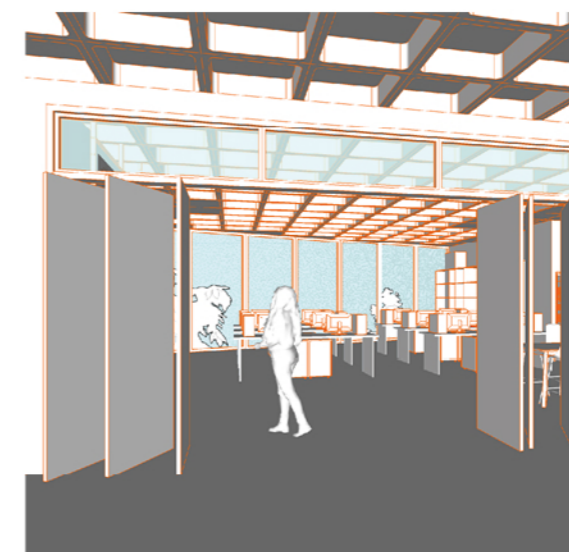
- LEGENDA**
- 12 - Recepção**
  - 13 - Sala de informática**
  - 14- Acervo de mídia**
  - 15- Sala de estudos individuais**
  - 16 - Banheiros**





LEGENDA

- 17- Cursos Sazonais
- 18- Cursos Profissionalizantes
- 19- Banheiros



6 Sala TI



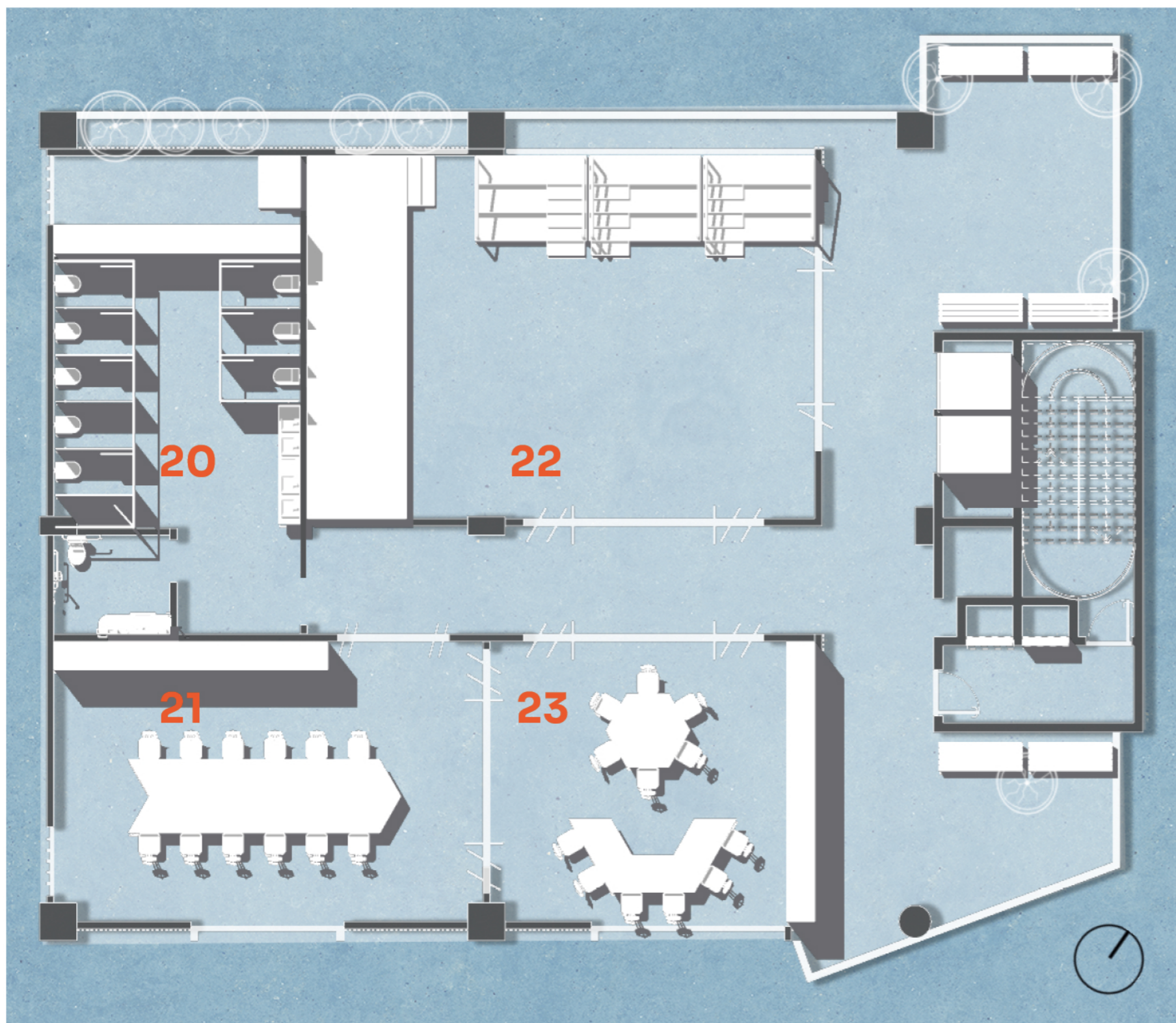
7 Sala de cursos

**Tecnologia da Informação (TI):**

O curso de TI surge da ideia de transformação do bairro em um polo tecnológico, oferecendo capacitação na área para a comunidade. A ideia é ajudar a manter os usuários no bairro, prevenindo a exclusão e a segregação, e integrando-os ao crescimento e as inovações planejadas para a área.

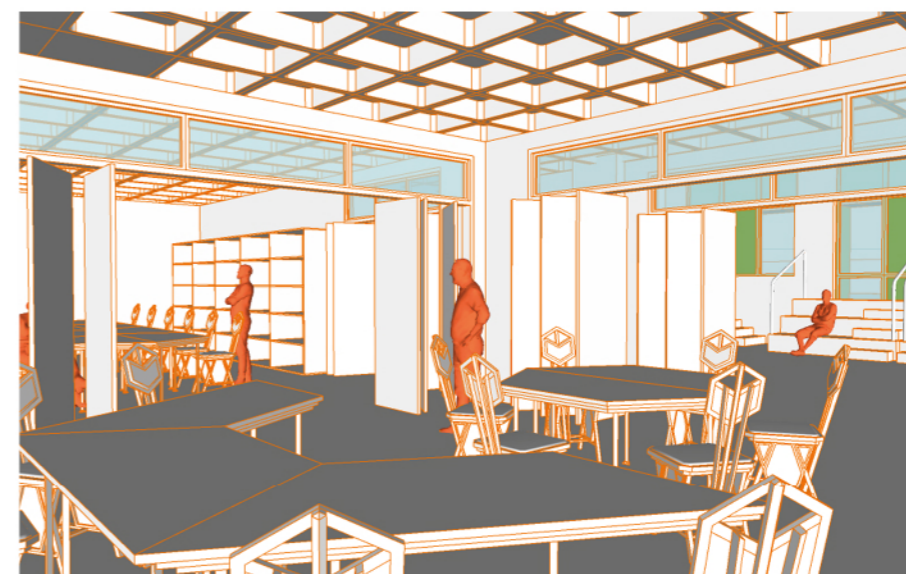


**Planta 3° PVTO**  
*esc. gráfica*

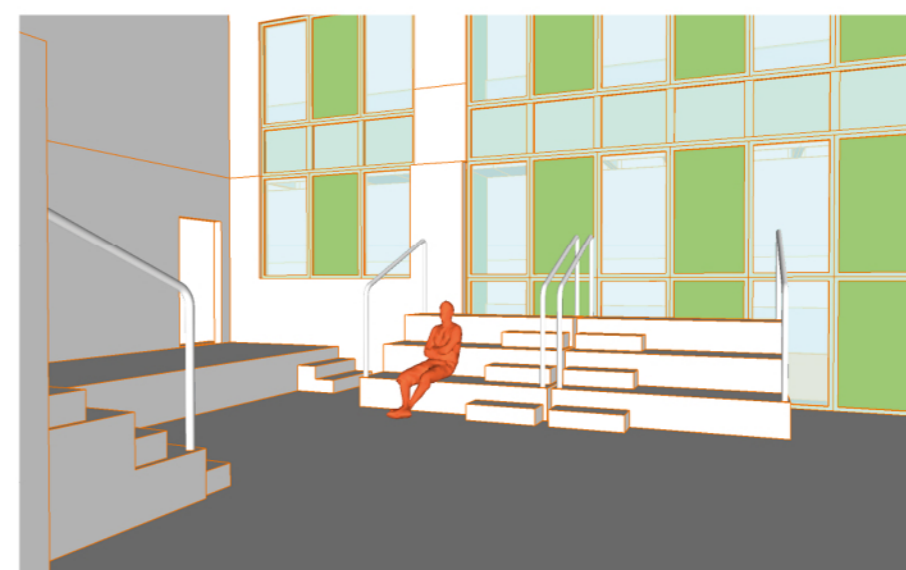
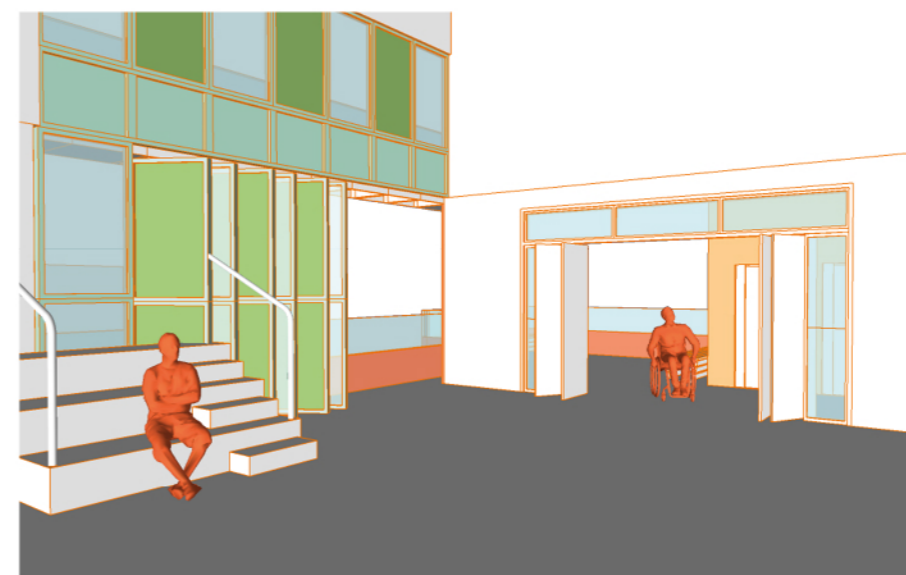


*LEGENDA*

- 20 - Banheiros**
- 21 - Sala da Juventude**
- 22 - Auditório**
- 23 - Sala de reforço**



**8 Sala da Juventude**



**9 Auditório**

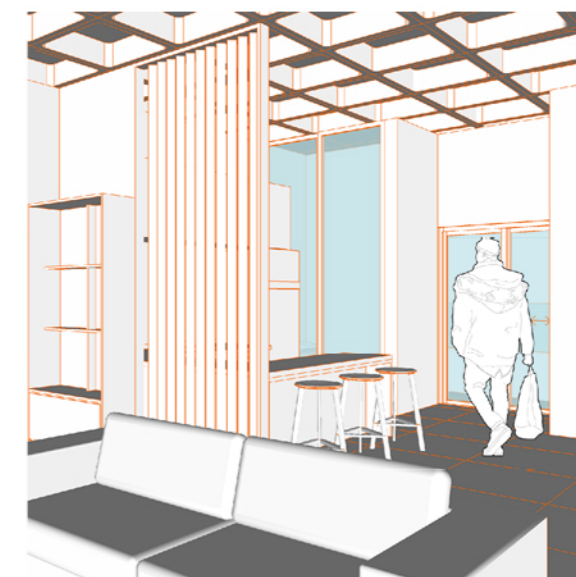




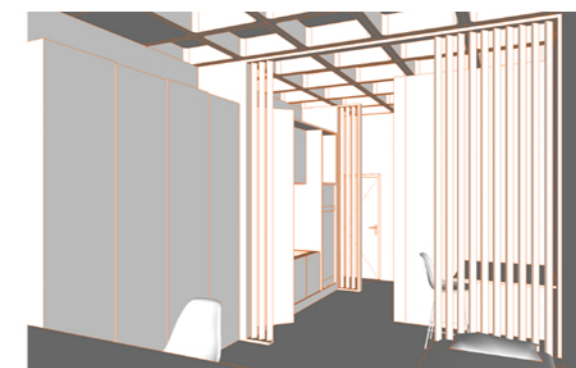
*LEGENDA*

- 24 - Administração**
- 25 - Copa**
- 26 - Banheiros**
- 27 - Sala psicologia**
- 28 - Sala serv. social**





10 Moradia 29



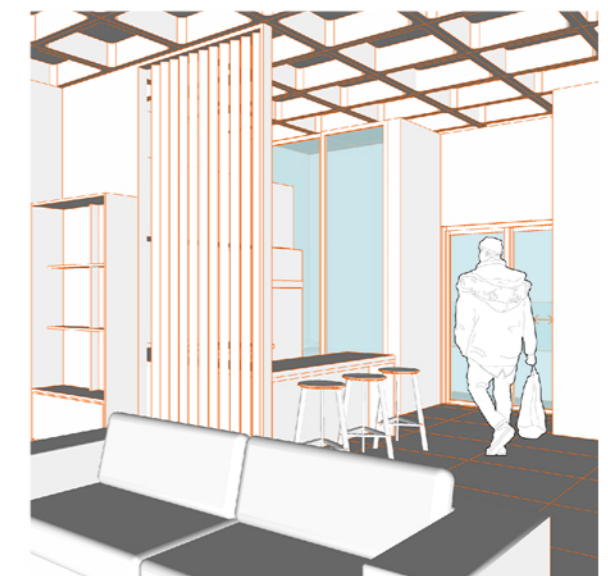
11 Moradia 30

LEGENDA

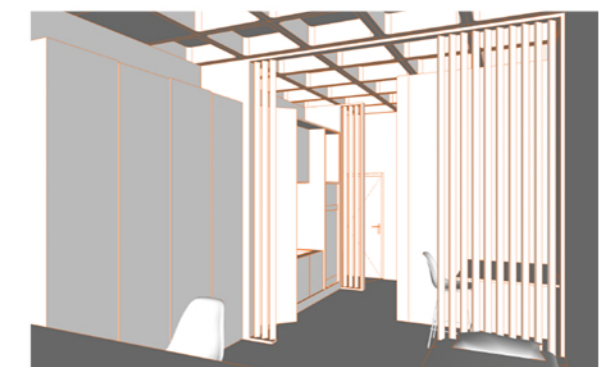
- 29- Moradia 01
- 30- Moradia 02
- 31 - Moradia acessível



**Planta PVTO TIPO 6° e 7°**  
*esc. gráfica*



**10 Moradia 29**

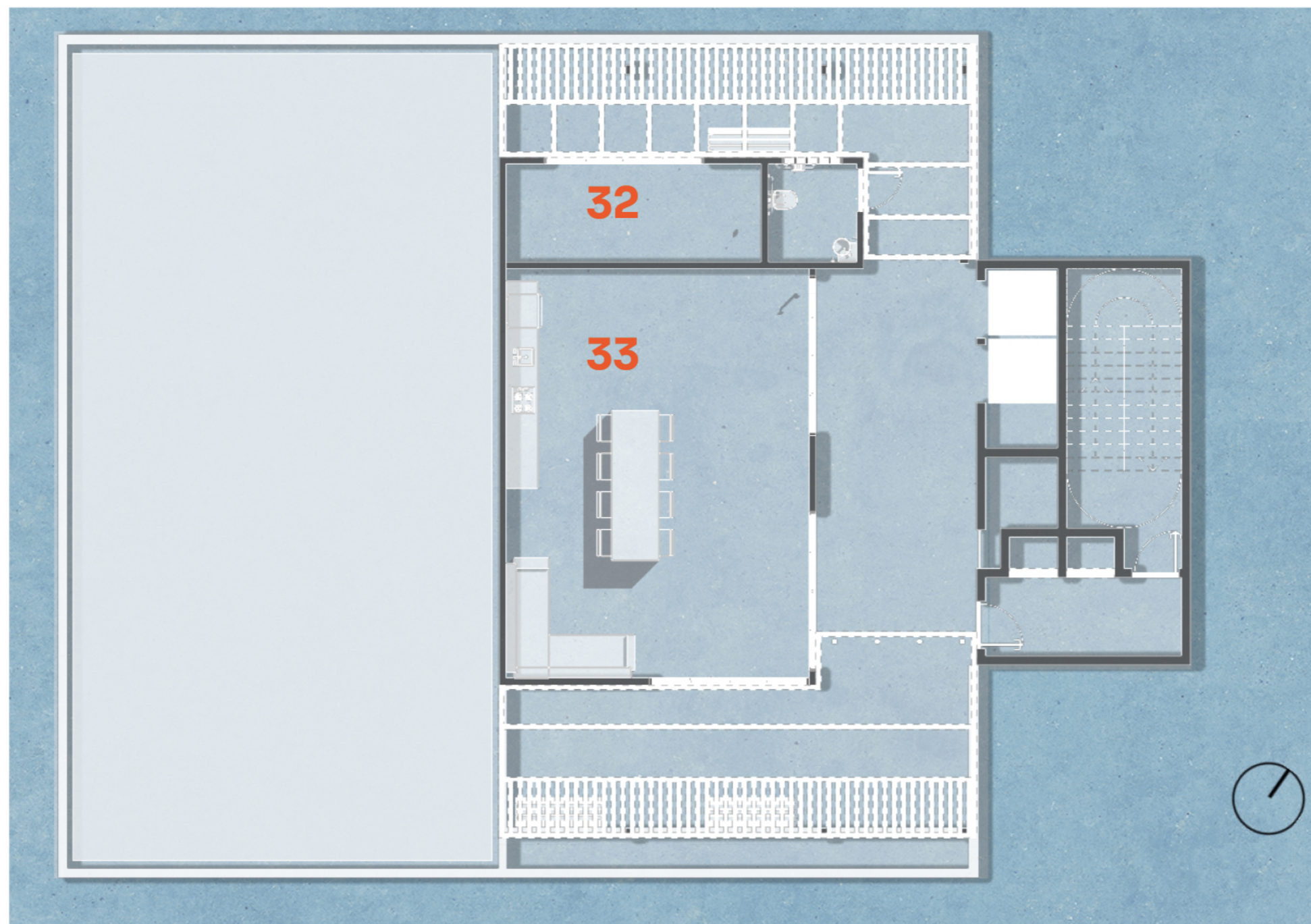


**11 Moradia 30**

*LEGENDA*

- 29- Moradia 01**
- 30- Moradia 02**
- 31 - Moradia acessível**





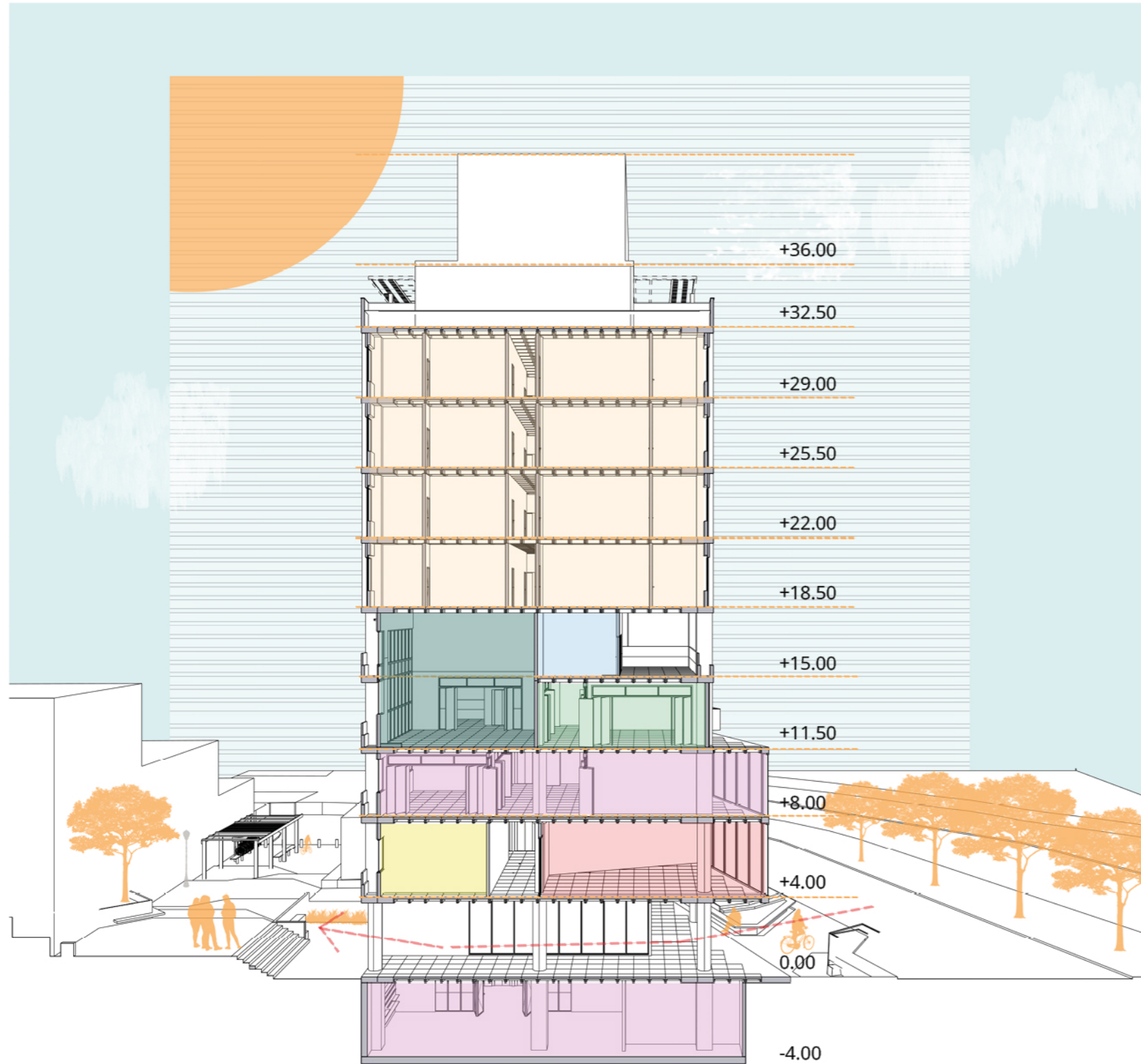
*LEGENDA*

**32 - Lavanderia coletiva**

**33 - Salão de festa**



**Corte**  
*esc. gráfica*











## CONCLUSÃO

Finalizo o trabalho ressaltando a importância de se pensar e construir uma cidade que seja inclusiva para todos. O arquiteto desempenha um papel crucial nesse processo, não apenas como criador de espaços físicos, mas como um agente de transformação social. Neste projeto, o objetivo foi não apenas acolher os jovens egressos do sistema de acolhimento, mas também integrar toda a comunidade do bairro. A proposta buscou oferecer um espaço que todos possam usufruir, promovendo a coesão social e fortalecendo os laços comunitários. Dessa forma, reafirma-se o compromisso de construir uma cidade mais justa, onde cada cidadão possa encontrar oportunidades e apoio para seu desenvolvimento.



# REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, D. T.; VIEIRA, M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *\*Psicologia em Estudo\**, v. 9, n. 2, p. 207-217, 2004. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2004-19799-006>>. Acesso em: 6 ago. 2023.

AZÔR, A. M.; VECTORE, C. O. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *\*Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano\**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 77-89, 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/237972972\\_Abrigar-desabrigar-conhecendo-o-papel-das-familias-nesse-processo](https://www.researchgate.net/publication/237972972_Abrigar-desabrigar-conhecendo-o-papel-das-familias-nesse-processo)>. Acesso em: 2 mar. 2023.

BARROS, R. C.; FIAMENGHI JR., G. A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *\*Ciência & Saúde Coletiva\**, v. 12, n. 5, p. 1234-1245, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/xJgxGFP6GMGsFvWgjNHMDyv/?format=pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2024

BORGES, Thais Monteiro. Rede de acolhimento: infantojuvenil no bairro santa mônica. 2019. 85 f. TCC (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/200647>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 out. 1927

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 out. 1979.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: serviços de acolhimento. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. 13 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). Resolução nº 71, de 16 de junho de 2011. Disponível em: <[https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res\\_71\\_VOLUME\\_1\\_WEB\\_.PDF](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Res_71_VOLUME_1_WEB_.PDF)>. Acesso em: 20 abr. 2024

DIAS, Mara. S. de L.; SILVA, Rosana S. B. da (2012). O histórico da institucionalização de crianças e adolescentes. In: Ciência e Cultura. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência versão on-line. Curitiba. n. 45, p. 177-188

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS (ICOM). Sinais Vitais 2016: Florianópolis Criança e Adolescente. Disponível em: <<https://www.icomfloripa.org.br/wp-content/uploads/2023/02/Sinais-Vitais-2016-Florianopolis-Crianca-e-Adolescente-05.17.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2023

LIGA DAS NAÇÕES. Declaração de Genebra, de 26 de setembro de 1924. Declaração dos Direitos da Criança. Genebra, 1924

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-no-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico> Acesso em: 05 jan. 2024

NASCIMENTO, Maria Lívia do; CUNHA, Fabiana Lopes da; VICENTE, Laila Maria Domith. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 ago. 2023

NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989. Nova Iorque, 1989

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Paris, 1948

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irine. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2017

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2004. 96 p. Disponível em: [http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook\\_institucionalizacao\\_de\\_crianças\\_no\\_brasil.pdf](http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf). Acesso em: 05 ago. 2024

RIZZINI, Irma. A assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: EDUSU, 1993